



Universidade Estadual de Maringá  
Mestrado Profissional em Ensino de História



**PROFHISTÓRIA**  
MESTRADO PROFISSIONAL  
EM ENSINO DE HISTÓRIA

**LUCIANA MATEUS**

**RACISMO INSTITUCIONAL NO PARANÁ: PRODUÇÃO COMPARTILHADA  
SOBRE A REPRESENTATIVIDADE NEGRA NA POLÍTICA NAS AULAS DE  
HISTÓRIA**

MARINGÁ

2024



Universidade Estadual de Maringá  
Mestrado Profissional em Ensino de História



**PROFHISTÓRIA**  
MESTRADO PROFISSIONAL  
EM ENSINO DE HISTÓRIA

**LUCIANA MATEUS**

**RACISMO INSTITUCIONAL NO PARANÁ: PRODUÇÃO COMPARTILHADA  
SOBRE A REPRESENTATIVIDADE NEGRA NA POLÍTICA NAS AULAS DE  
HISTÓRIA**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA-UEM, como requisito à obtenção do título de Mestra em História.

Orientador: Prof. Dr. Márcio José Pereira

MARINGÁ

2024



# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de História



**PROFHISTÓRIA**

MESTRADO PROFISSIONAL  
EM ENSINO DE HISTÓRIA

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

M425r Mateus, Luciana  
Racismo institucional no Paraná : produção compartilhada sobre a representatividade negra na política nas aulas de história / Luciana Mateus. -- Maringá, PR, 2024.  
76 f. : il. color., figs., tabs., mapas

Orientador: Prof. Dr. Márcio José Pereira.  
Coorientadora: Profa. Dra. Cyntia Simioni França.  
Coorientador: Prof. Dr. Delton Aparecido Felipe.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (Rede Nacional - Polo PROFHISTÓRIA - UFRJ) - Mestrado Profissional, 2024.

1. Representação política - Paraná. 2. Representatividade negra - Política - Paraná. 3. Racismo. 4. Preconceito. I. Pereira, Márcio José, orient. II. França, Cyntia Simioni, coorient. III. Felipe, Delton Aparecido, coorient. IV. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (Rede Nacional - Polo PROFHISTÓRIA - UFRJ) - Mestrado Profissional. V. Título.

CDD 23.ed. 379.1



# Universidade Estadual de Maringá

## Mestrado Profissional em Ensino de História



**PROFHISTÓRIA**

MESTRADO PROFISSIONAL  
EM ENSINO DE HISTÓRIA

**LUCIANA MATEUS**

### **RACISMO INSTITUCIONAL NO PARANÁ: PRODUÇÃO COMPARTILHADA SOBRE A REPRESENTATIVIDADE NEGRA NA POLÍTICA NAS AULAS DE HISTÓRIA**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA-UEM, como requisito à obtenção do título de Mestre em História pela comissão examinadora composta pelos membros:

COMISSÃO

EXAMINADORA:

---

Profa. Dra. Cyntia Simioni França  
Universidade Estadual do Paraná - Campo Mourão

---

Prof. Dr. Delton Aparecido Felipe  
Universidade Estadual de Maringá

---

Prof. Dr. Márcio José Pereira (Orientador)  
Universidade Estadual do Paraná - Campo Mourão

## **AGRADECIMENTOS**

Essa dissertação de mestrado contou com o apoio de várias pessoas, mas sou imensamente grata a Deus, pois sem Ele eu nada seria e por sempre ter colocado em meu caminho pessoas maravilhosas e iluminadas que sempre me inspiram a ser uma pessoa melhor.

Em primeiro lugar, não posso deixar de agradecer ao meu orientador, o Professor Doutor Márcio José Pereira por toda paciência e pela importante contribuição, pela doação de tempo, conhecimento durante o curso e todo empenho com que sempre me orientou neste trabalho e durante o curso todo. Também agradeço a Professora Doutora Cyntia Simioni França e o Professor Doutor. Delton Aparecido Felipe por aceitarem fazer parte da banca examinadora desta pesquisa bibliográfica.

Agradeço ao meu esposo, Rodrigo de Carvalho Francisco pela compreensão, incentivo e apoio para todos os dias de estudo nas aulas online. Agradeço em especial meus pais, pai Expedito de Assis Mateus, minha mãe Izabel Elias Mateus pois graças a eles que durante toda a minha vida me incentivaram e investiram na minha educação e pelo imenso amor e carinho e as palavras de apoio e incentivo sempre. Grata também às minhas irmãs Maria Aparecida Mateus e Ana Maria Mateus que sempre me incentivaram a concluir e a nunca desistir.

Agradeço aos meus colegas de trabalho, Maria do Carmo Sanches e Mirian Marion Roeles e alunos que, direta e indiretamente, fizeram parte dessa caminhada muito importante da minha vida profissional e a professora Terezinha Tadeu Bazani que contribui para a produção deste projeto nas leituras e correções.

E a todos os alunos que participaram da pesquisa, na coleta de dados e na exposição de dados, que muito enriqueceram esse trabalho.

**“Eu sou o mestre do meu destino:  
Eu sou o capitão de minha alma”!**

**Nelson Mandela**

**MATEUS, Luciana. Racismo Institucional no Paraná: Produção Compartilhada sobre a Representatividade Negra na Política nas Aulas de História.** Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) Universidade de Maringá, 2024.

## RESUMO

Esse trabalho retrata um estudo sobre o racismo institucional na política do Estado do Paraná, visando entender melhor a institucionalização do racismo no Brasil e a política imigratória que beneficiava o europeu. Para essa finalidade objetivamos conhecer algumas leis que direcionam a exclusão da população negra e benefício do imigrante europeu. Objetivando perceber melhor o quanto a população negra está excluída do processo político, organizamos juntamente com os alunos do Colégio Estadual Dr. Romário Martins, município de Cruzeiro do Sul - Paraná, uma pesquisa orientada sobre as municipalidades do estado do Paraná com o intuito de investigar casos reais e perceber o quanto a população negra está pouco representada politicamente no Estado e retratar no lápis grafite as representatividades negras paranaense. Como resultado da pesquisa despontaram exemplos de casos de perseguição e preconceito racial de negros eleitos democraticamente pelo povo sendo ameaçados de morte ou então sendo perseguidos na forma da lei simplesmente pelo fato de serem negros. O estudo da pesquisa revelou o quanto a sociedade ainda opta pelo conservadorismo de uma elite branca na escolha dos seus representantes e o quanto a população negra precisa lutar para ser inserida nos espaços de poder. Com objetivo de educar historicamente para uma maior abertura política e uma maior participação da população negra no processo, organizamos como produto a pesquisa propriamente dita para ser trabalhada em sala de aula, visando abordar as representatividades política, os espaços de atuação do negro, a conscientização para o voto consciente crítico e conectado a realidade, com isso despertar cidadãos conscientes e abertos para novas possibilidades de escolhas. Considerando que os jovens se interessam pouco por assuntos políticos, a ideia é trabalhar a conscientização acerca dos desafios da participação consciente do processo eleito, cujo intuito seja a promoção da equidade e da equiparação de representantes negros e negras nos cargos políticos. De modo através da arte e da história das representatividades levar a consciência crítica e reflexiva acerca do preconceito e ações promovida pelas instituições que deveriam representar democraticamente todos os cidadãos.

**Palavras-chave:** Racismo Institucional; Representatividade Negra; Paraná; Sala de Aula

MATEUS, Luciana. Institutional Racism in Paraná: Shared Productions on Black Representation in Politics in History Classes. Professional Master's Degree in History Teaching (ProfHistória) University of Maringá, 2024.

## ABSTRACT

This work portrays a study on institutional racism in the politics of the State of Paraná, aiming to better understand the institutionalization of racism in Brazil and the immigration policy that benefited Europeans. For this purpose, we aim to learn about some laws that direct the exclusion of the black population and the benefit of European immigrants. Aiming to better understand how much the black population is excluded from the political process, together with students from Colégio Estadual Dr. Romário Martins, municipality of Cruzeiro do Sul - Paraná, we organized a guided survey on municipalities in the state of Paraná with the aim of investigating real cases and understand how little the black population is politically represented in the State and also portray the black representation of Paraná in graphite pencil. As a result of the research, examples emerged of cases of persecution and racial prejudice of black people democratically elected by the people being threatened with death or being persecuted under the law simply because they are black. The research study revealed how much society still opts for the conservatism of a white elite when choosing its representatives and how much the black population needs to fight to be inserted into spaces of power. With the aim of educating historically towards greater political openness and greater participation of the black population in the process, we organized as a product the research itself to be worked on in the classroom, aiming to address political representation, spaces for black action, awareness for critical conscious voting and connected to reality, thereby awakening conscious citizens and open to new possibilities of choices. Considering that young people are little interested in political matters, the idea is to raise awareness about the challenges of conscious participation in the elected process, with the aim of promoting equity and equalizing black men and women representatives in political positions. In order to, through art and the history of representation, raise critical and reflective awareness about prejudice and actions promoted by institutions that should democratically represent all citizens.

**Keywords:** Institutional Racism; Black Population; Paraná; Classroom

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BO	Boletim de Ocorrência
CEU	Casa Estudante Universitário de Curitiba
DOE	Diário Oficial do Estado
EF	Ensino Fundamental
EFM	Ensino Fundamental e Médio
EM	Ensino Médio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
UFPR	Universidade Federal do Paraná

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO I .....</b>	<b>16</b>
RACISMO INSTITUCIONAL NO PARANÁ: PRODUÇÃO COMPARTILHADA SOBRE A REPRESENTATIVIDADE NEGRA NA POLÍTICA NAS AULAS DE HISTÓRIA.....	16
<b>CAPÍTULO II .....</b>	<b>29</b>
A PRESENÇA DO NEGRO NA FORMAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ .....	29
<b>CAPÍTULO III .....</b>	<b>46</b>
ESTUDO DAS MUNICIPALIDADES E REPRESENTATIVIDADES NEGRAS PARANAENSE .....	46
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>71</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>74</b>

## INTRODUÇÃO

A história do Brasil é carregada de controvérsias, cujas origens remontam a construção de um país pluriétnico e multicultural, mas que considerando todo o processo de colonização europeia, não respeitou historicamente essa pluralidade e segue uma mentalidade dos colonizadores europeus, brancos. Uma minoria branca que ditou as regras políticas, econômicas, sociais e culturais para o país, cuja elite política e detentora de conhecimento e renda reprimiu e impossibilitou a presença e a participação do indígena e do negro na sociedade, mas essa elite tinha objetivos claros: o de reforçar a ideia de uma sociedade perfeita.

Inúmeros trabalhos foram escritos sobre as condições da população negra e indígena no Brasil, bem como, estabeleceram marcos na historiografia ao questionar teses como a da Democracia Racial e das defesas eugenistas de intelectuais brasileiros ligados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Autores como Abdias do Nascimento, que publicou “O genocídio do negro brasileiro, como Lélia Gonzales e Carlos Hasembalg, que escreveram o clássico “lugar de negro”, Carolina de Jesus com “Quarto de despejo”, entre outros livros mais recentes na literatura e na academia, como: Conceição Evaristo em “Olhos D’água”; Sueli Carneiro, em “Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil”; Djamila Ribeiro, “Quem tem medo do feminismo negro?”. Pensando no racismo institucional que perpassa a construção dessa pesquisa, relembramos novamente Lélia Gonzales, “Por um feminismo afro-latino americano”; Silvio de Almeida, com “Racismo Institucional”; Ana Maria Gonçalves, em “Um defeito de cor” e Djamila Ribeiro com seu “Pequeno Manual Antirracista.

Elencar essa bibliografia é um passo importante, pois auxilia-nos a entender que temos um caminho enorme para a efetivação de uma política verdadeiramente antirracista e que já temos autores e autoras engajadas nesse processo. Mas por qual motivo nos embrenhar nesse debate? Primeiramente por vivenciar realidades preconceituosas na política noticiada nos meios de comunicação, como o caso da Deputada Federal Ana Carolina Melo Dartora e do Deputado Estadual Renato de Almeida Freitas. Esses fatos chamaram a atenção para conhecer melhor o assunto e inteirar-se mais sobre o porquê de tanto preconceito quando os negros assumem cargos políticos. Por que tanto ódio aos negros? Então, a necessidade de conhecer essa dura realidade preconceituosa que os negros sofrem, desde que aqui chegaram.

Realizamos um trabalho de pesquisa com os estudantes do terceiro ano do Ensino Médio do Colégio Estadual Dr. Romário Martins, com o objetivo de contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária. Nosso estudo focou no racismo institucional e na

representatividade negra na política do Paraná. Abordamos a legislação brasileira que historicamente excluiu a participação cidadã da população negra, além da negação de sua representação política na formação da identidade paranaense. Por fim, investigamos a representatividade da comunidade negra no contexto político estadual paranaense, bem como a pesquisa dos dados da eleição municipal de 2022.

Assim motivados, dividimos a estrutura desse texto da seguinte maneira. No primeiro capítulo, uma abordagem do contexto histórico sobre a institucionalização do racismo no Brasil, na forma como moldam o comportamento humano e segregação da população negra, dificultando a sua participação na sociedade brasileira. Evidenciando o racismo institucional, na qual se pode constatar que a população negra possui um acesso à saúde de forma precária, baixa escolarização e um menor índice de participação em cargos políticos. Realidade esta constatada desde que população vieram para o país na condição de escravizados estavam presos a terra e ao senhor de escravos, sem direito algum.

Desejamos pensar politicamente, a elite portuguesa quando aportaram ao Brasil iniciaram uma organização política para comandar as vilas, e assim dá início a uma política que reproduz o racismo europeu para a população negra de natural, ao criar leis que excluiu a população negra de participar da vida em sociedade a minoria da população branca validou e se beneficiou dela. Para ter uma ideia desse processo de exclusão naturalizada, a população negra foi excluída de participar da igreja com seu culto, de se alistar no exército, em escolas ou em salões sem que fossem discriminados, por isso o racismo institucional, com aval da Constituição do país.

E, assim politicamente os representantes do poder, a elite branca, foi criando leis que impediam o exercício da plena cidadania da população negro. Fato comprovado na Constituição de 1824, onde havia muitos negro libertos, porém a condição de voto era a renda era a exigência para o exercício do voto, então o cidadão recém liberto não dispunha de recursos para poder exercer o direito ao voto, ficando fora do exercício democrático de direito enquanto cidadão.

O conservadorismo político prevalece entre os senhores, que ditam a política nacional aprovando Lei de Terras em 1850, que beneficiava o imigrante europeu ao acesso à terra por meio da compra, mas não garantia a população negra a compra e nem receber por doação; O negro além de não ter o recurso para a compra não teria dinheiro para o cultivo, então a estrutura criada para dificultar o acesso a população à terra e aos meios de subsistência evidencia o abandono e preconceito.

Com isso, os imigrantes são atraídos para o estado pelo sonho de ter terras e fazer fortunas, logo a elite política idealizou a política do branqueamento, uma política de Estado, visando a mestiçagem brasileira e conseqüentemente o seu desaparecimento da população negra, pois segundo a lógica da elite, a miscigenação produzia naturalmente uma população mais clara, ressaltando uma ideia de exclusão social da população negra e conseqüentemente o seu desaparecimento.

Essas articulações políticas, resultaram em uma opressão muito forte contra a população negra e aos poucos foi distribuindo migalhas em forma de lei, mas sem garantia de qualidade de vida. Dando seqüência a Promulgação da Lei Áurea de 1888, extinguiu a escravidão no território brasileiro, a lei tornou-os livres, mas foram largados a sua própria sorte porque não houve no país uma política pública de inserção da população negra na sociedade brasileira que garantisse uma vida digna, pelo contrário, não foram indenizados pelos anos de trabalho forçado, foram relegados à marginalidade, sem moradia digna, sem identidade, sem lar e sem trabalho.

E por fim, a Constituição de 1891, negou o exercício da cidadania, o direito ao voto à população não alfabetizada, isso pela maioria dos negros terem vindo de um recém processo de libertação da escravidão e não serem alfabetizados, logo, não estavam nesse processo eleitoral como cidadãos de direito a voto. Assim, o racismo vem se mantendo uma estrutura legítima na forma da lei, garantido pelo conservadorismo e a supremacia de uma elite branca.

No segundo capítulo, por meio da Lei 10639/2003 do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana buscar regatar a presença do negro na formação de identidade no Estado do Paraná, com isso desmistificar a historiografia oficial que região Sul do país foi colonizada por imigrantes europeus, o fato é que construiu a ideia de paranismo no estado relegando a população negra ao esquecimento e a marginalização.

Historicamente, no Paraná, a doação de terras aos imigrantes por meio de sesmarias contava com a presença da população negra em sua formação populacional. A presença do negro aumentou significativamente à medida que a cultura cafeeira se expandiu no interior do Estado, assim como nas demais regiões do país, nas quais a população negra foi utilizada em larga escala para os trabalhos agrícolas e pecuários. Não se deve menosprezar a população negra nem o imigrante, mas compreender que os mesmos fazem parte de um processo de construção de identidade cultural que precisa ser respeitado e valorizado.

Porém, no Estado do Paraná, como nos demais estados, o racismo institucional foi muito forte e prevaleceu o processo de formação de grupos famílias, conhecidos como famílias pioneiras, essas por sinal consideradas “famílias tradicionais”, cujas famílias a

maioria eram imigrantes e outros vieram de outras partes do país. Normalmente essas famílias eram grandes proprietários de terras e lideranças nas comunidades em que viviam.

E são essas famílias que exercem o poder político do Estado do Paraná, relembrando a política do coronelismo, das negociações de cargos públicos e poder dentro da estrutura política. Essa política das famílias tradicionais, elites políticas brancas é hereditária e infelizmente, a concentração do poder está sempre nas mãos de poucos que não querem mudanças na estrutura política social e econômica.

No Estado, esse conservadorismo político faz com que o esquema político por grau de parentesco seja um leque representativo nas prefeituras, nas câmaras de vereadores, deputados federais, estaduais e senadores, como exemplo da Família Barros, pai, mãe e filha agentes políticos do estado. Isso dificulta o acesso da grande maioria que não têm padrinhos políticos para chegar ao poder.

No terceiro capítulo, apresentamos a pesquisa coordenada produzida em parceria com os alunos. Em uma perspectiva de produção de história compartilhada essa pesquisa investigou as eleições das municipalidades paranaenses, pleito eleitoral, 2020, realizada nos 399 (trezentos e noventa e nove) municípios do Estado do Paraná, os alunos utilizaram as redes sociais e os meios digitais (sites sobre as eleições, sites oficiais de partidos e sites do governo) e o resultado da pesquisa foi surpreendente para todos, pois a maioria não tinha a ideia do quanto a população está pouco representada politicamente por negros.

A pesquisa revelou a supremacia branca no cargo eletivo para prefeito, pois apenas um prefeito se autodeclarou sendo negro; isso levou os alunos à reflexão do voto, dada a importância do resultado da pesquisa das municipalidades.

A pesquisa foi muito importante para os alunos notarem que o número de representantes negros é pequeno comparado ao tamanho da população do Estado, e que os que têm coragem de assumir cargos públicos sofrem preconceitos e discriminação, ou são perseguidos, como o exemplo de Renato de Freitas ex-vereador de Curitiba, que perdeu o mandato por participar de uma manifestação pública em defesa da vida.

Além da pesquisa no terceiro capítulo, os alunos retrataram representantes da população negra no Estado do Paraná, como: Ana Carolina Melo Dartora (Deputada Federal), Renato de Almeida Freitas Júnior (Deputado Estadual), Michele Mara (Cantora), Marcela Souza Cruz (jornalista), Herivelton Alves de Oliveira (Jornalista/vereador), Enequina Alves Marques (Engenheira), Fernando Luiz Roza (Jogador futebol) e Maria Nicola (professora), visando destacar a importância de cada um deles, dar voz e visibilidade a experiência de vida

de cada um, a fim de valorizar as conquistas e incentivar novas lutas pelo exemplo de superação do racismo.

Assim, essa dissertação tem o objetivo de despertar os alunos (as) para que sejam cidadãos conscientes, que valorizem e priorizem o bem coletivo e saibam eleger os seus representantes, não pela cor da pele, mas pelo que ele representa, ou seja, o bem coletivo da maioria. Bem como, saibam identificar as falas, os hábitos, situações do cotidiano que promovem o preconceito racial contra o negro, como se fosse algo natural.

## **CAPÍTULO I - RACISMO INSTITUCIONAL NO PARANÁ: PRODUÇÃO COMPARTILHADA SOBRE A REPRESENTATIVIDADE NEGRA NA POLÍTICA NAS AULAS DE HISTÓRIA**

A institucionalização do racismo no Brasil não aconteceu em um momento específico da história, contou com diferentes fatores que levaram o país a uma falsa ideia de democracia racial. E essa falsa ideia de democracia racial faz com que o país não se enquadre no regime segregacionista extremo como na África do Sul e nos Estados Unidos, mas criou mecanismos segregacionistas piores e com requintes de crueldade. O conceito de democracia racial serve como pilar essencial para legitimar a hegemonia social dos detentores do poder político, econômico e social, predominantemente o estrato composto por indivíduos brancos, em contraste com a comunidade negra e de baixa renda. Sob a roupagem da igualdade, questões como a pobreza, a negligência estatal, a violência, a prisão em massa e o assassinato de jovens negros e pobres são obscurecidas. (Oliveira, 2021, p. 98) Uma vez que, esse pilar ainda parece consolidado e amalgamado em nossa sociedade indagamos: politicamente a formação de leis e políticas públicas negacionistas afetaram diretamente a população negra e estimularam o racismo?

Em face a essa questão e a fim de conhecer a luta da população negra é importante destacar a Lei nº 10639, que estabeleceu a obrigatoriedade da inclusão da história e a cultura afro-brasileira no currículo das escolas brasileiras. É a partir dessa lei que iremos explicitar o falso mito da democracia racial e ao mesmo tempo dar norte a este trabalho ao viabilizar esses debates no ensino de história nas escolas públicas. Ana Pinheiro Flauzina (2006, p. 37-38) nos auxilia a compreender que a noção de democracia racial se instalou em nosso país como uma estratégia de poder, que a todo custo evitava os confrontos diretos com a população negra, dessa forma não amplificava as demandas do povo preto e mantinha a partir da omissão as desigualdades raciais intactas. A autora ainda o evidência como um paradoxo intrigante, esse engenhoso mecanismo ideológico transformou uma realidade marcada por disparidades em uma narrativa utópica, na qual a convivência entre negros e brancos é retratada como harmoniosa.

Então, para entender essa questão, precisamos compreender como o racismo institucional foi considerado normal pelas elites políticas que de forma leviana subjugar

uma população inteira em benefício próprio. Seguindo o pensamento de Silvio de Almeida “é no interior das regras institucionais que os indivíduos se tornam sujeitos, visto que suas ações e seus comportamentos são inseridos em um conjunto de significados previamente estabelecidos pela estrutura social” (2019, p. 26)

Nesse sentido, o discurso da democracia racial possibilita o discurso da meritocracia, que é uma narrativa que individualiza a responsabilidade de sucesso no sujeito, desconsiderando o contexto no qual está inserido e suas condições de vida, culpabilizando aqueles que não conseguiram alcançar estabilidade como um fracasso pessoal. Dessa forma, esses dois discursos negam a desigualdade racial do país, a falta de acesso a direitos básicos e a vivência de discriminação, pois colocam em um patamar de igualdade grupos que são privilegiados e grupos que são negligenciados. (Oliveira, 2021, p. 99)

Considerados os apontamento acima, nos cabe repensar que no país a discriminação racial faz parte do cotidiano, da população negra desde o processo de colonização. Em nossa percepção, o racismo institucional é uma manifestação profundamente arraigada nas estruturas de poder de uma sociedade. Quando examinamos essa questão, torna-se evidente que o poder é o fator primordial que permeia todas as interações sociais. Nas dinâmicas do racismo institucional, certos grupos detêm o poder e o utilizam como uma ferramenta para perpetuar e reforçar suas próprias vantagens em detrimento de outros grupos. Esses mecanismos institucionais não apenas ajuízam, mas também reforçam desigualdades existentes. Por exemplo, políticas públicas, práticas de recrutamento, sistemas educacionais e sistemas judiciais muitas vezes refletem os preconceitos arraigados na sociedade em vez de desafiá-los. Basta avaliarmos a presença da população negra nesses espaços, nas direções de grandes empresas, no alto escalão do sistema judiciário, nas cadeiras tradicionais das instituições de ensino e em tantos outros espaços.

O poder está presente não apenas nas estruturas oficiais, como governos e empresas, mas também em instituições sociais, como a mídia e até mesmo em interações cotidianas, sendo a última a mais propícia para as manifestações de racismo. Além disso, é importante reconhecer que o poder não é apenas uma questão de quem detém cargos de autoridade, mas também está enraizado em normas culturais e sociais. Por exemplo, nos sistema de ideias que perpetuam a superioridade de determinados grupos étnicos ou raciais podem influenciar as percepções e comportamentos das pessoas em todos os níveis da sociedade.

Portanto, para abordar efetivamente o racismo institucional, é crucial não apenas entender como o poder opera dentro das instituições, mas também desafiar e transformar essas estruturas de poder. Isso requer uma análise crítica das políticas e práticas existentes, bem

como esforços conscientes para promover a equidade e a justiça em todas as esferas da vida social e política.

Quando analisamos historicamente, o país nasce de ações que estão voltadas a garantir privilégios a uma minoria da população, a branca, a fim de garantir a superioridade dos povos. Isso se inicia com a chegada dos europeus em solo brasileiro, criou-se ideia de uma elite política e detentora de conhecimento e renda, que nega a presença e a participação do indígena e do negro na sociedade, mas essa elite tinha objetivos claros, o de reforçar a ideia de uma sociedade perfeita, nos moldes europeus.

Desde o processo de colonização a elite política assumiu o papel representativo seguindo os moldes europeus e isso, é perceptível no trecho da Carta de Pero Vaz de Caminha à rainha de Portugal que deixa claro os objetivos dessa elite, “o melhor fruto, que nela se pode fazer, me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar” (Caminha, 2023, p.14). Assim, o racismo foi gradualmente se consolidando, baseado na concepção da inferioridade do negro, enquanto privilegiava exclusivamente os brancos. Esses privilégios não se davam somente nas questões políticas e sociais, também nas religiosas, onde o catolicismo reforçava o racismo através de coação das práticas espirituais de matrizes indígenas e africanas, difundindo a ideia de que a população indígena e negra era infiel e por isso precisavam ser atraídos para a fé católica.

Segundo Petrônio Domingues “Nas capelas da fazenda, a missa não se celebrava na mesma hora que os escravos e os patrões, ou então estes últimos ficavam dentro do recinto, enquanto os escravos ficavam de fora, no adro” (Domingues, 2004, p.30). Os representantes da igreja congregavam politicamente os mesmos ideais dos colonizadores e por isso, menosprezavam a população negra até porque muitos padres possuíam terras e trabalhadores escravizados.

Outro fator determinante na organização da sociedade brasileira, foi a tradição da escolha dos representantes das vilas. A elite portuguesa priorizava uma ordem social elitista europeia, a primeira que foi a Vila de São Vicente, em 1532.

Conforme as ordens do Reino de Portugal, à autoridade dessas vilas competia:

Só os homens bons tinham o direito de poder escolher os administradores das vilas. Na época do Brasil Colônia, eram homens bons os nobres de linhagem, os senhores de engenho, e os membros da alta burocracia militar, a esses se acrescentando os homens novos, burgueses enriquecidos pelo comércio. (Cajado, Dornelles e Pereira, 2014. p.11)

Com o intuito de controlar a colonização, a ideia predominante era de que o controle racial seria benéfico. Nesse contexto, a sociedade brasileira foi moldada pela negação e exclusão de grupos étnicos, como os negros e os indígenas. Sueli Carneiro (2011, p. 38), destaca que havia um esforço da elite nacional para manter a dominação em todas as esferas de poder, impedindo quaisquer manifestações de igualdade racial, haja vista que, na luta contra as políticas de igualdade racial, certas frações das elites nacionais recorrem à desacreditação pública dos movimentos negros e de seus aliados, à negação do racismo e da discriminação racial, à descredibilização acadêmica de estudos e pesquisas que há muito tempo evidenciam as desigualdades raciais, e ao uso de experimentos genéticos para apoiar a ideia de miscigenação e negar o reconhecimento do negro como um sujeito social que requer políticas específicas e tem o direito democrático de reivindicá-las.

Praticamente as leis foram sendo criadas de modo a excluir o negro de participar da vida em sociedade, fosse na igreja, no exército, em escolas ou em salões; uma discriminação velada com aval da Constituição do país. E a população em geral foi aceitando as regras impostas como sendo algo natural. Para Silvio Almeida:

Assim, detêm o poder os grupos que exercem o domínio sobre a organização política e econômica da sociedade. Entretanto, a manutenção deste poder adquirido depende da capacidade do grupo dominante de institucionalizar seus interesses, impondo a toda a sociedade regras, padrões de conduta e modos de racionalidade que tornam 'normal' e 'natural' o seu domínio". (Almeida, 2018, p. 31)

A naturalização do racismo institucional com base na raça prevalece com objetivos claros de manter a maioria longe do comando político, jurídico e econômico do país, assim mantêm os homens brancos no poder de destaque. É imprescindível conhecer historicamente algumas leis que excluíram a participação da população negra de ocupar funções políticas e exercer a cidadania.

A primeira delas é a da exclusão do povo preto ao direito ao sufrágio universal. Em resumo, quanto à participação política e ao exercício democrático do voto, o “votar e ser votado”. As leis até poderiam garantir o direito ao voto, mas o de ser votado era restrito àqueles que pudessem cumprir as exigências assentadas em riqueza (voto censitário), instrução, classe social (voto aristocrático) ou raça (voto racial).

Historicamente, são expostos os motivos da população negra ainda hoje ser minoria nos espaços de poder político. Isso ocorre por conta da estrutura de poder organizada hierarquicamente para que não haja mudanças nessa estrutura social e política. Até 1821, as eleições eram de âmbito municipal e o voto aberto somente para os homens livres, ou seja,

uma minoria poderia exercer o direito de voto, visto que grande parte da população era analfabeta e escravizada e nem imaginavam que poderia ser votada.

Já a Constituição de 1824 excluía da vida pública a grande maioria dos homens e a totalidade das mulheres, dos escravos e indígenas, pois o voto era censitário, isto é, o direito eleitoral condicionado a certos níveis de renda, o que a maioria da população não tinha, reforço ao período da escravidão e negros libertos alforriados sem renda nenhuma. O que reforça a ideia de mecanismo na forma de lei de impedir a participação dos negros e grande parte da população, “a elite de intelectuais do império, porta-voz das categorias dominantes, criou um conjunto de ideias liberais que mascarava as contradições sociais do país e ignorava a distância entre a lei e a realidade”(Costa, 1978, p.124)

Na crônica O Analfabetismo, de Machado de Assis, 15 de agosto de 1876, reforça a ideia de que:

A nação não sabe ler. Há só 30% dos indivíduos residentes neste país que podem ler; desses uns 9% não leem letra de mão. 70% jazem em profunda ignorância. Não saber ler é ignorar o Sr. Meireles Queles; é não saber o que ele vale, o que ele pensa, o que ele quer; nem se realmente pode querer ou pensar. 70% dos cidadãos votam do mesmo modo que respiram: sem saber por que nem o quê. Votam como vão à festa da Penha, — por divertimento. A Constituição é para eles uma coisa inteiramente desconhecida. (...) — As instituições existem, mas por e para 30% dos cidadãos. Proponho uma reforma no estilo político (Guia das Letras, 2023)

Eram poucos que pensavam e defendiam a inclusão da maioria numa educação formal e política; essa minoria obviamente legislava para poucos e era cômodo para eles manter essa relação de dependência, de escravidão, de analfabetismo e injustiça e, essa elite não tinha interesse nenhum em criar leis que favorecessem a maioria, como educação formal e política, saúde e melhores condições sociais e, muito menos, tinha interesse em libertar os escravos.

Para impedir o acesso ao voto, em 1881 foi criada a Lei Saraiva, que por sinal proibia quem não soubesse ler e escrever de votar, com a lei veio a obrigatoriedade de assinar a cédula eleitoral e a grande maioria da população analfabeta, não poderia exercer o direito ao voto.

Para iniciar uma reflexão sobre as consequências da Lei Saraiva é importante apresentar a informação de que o primeiro Censo demográfico realizado no Brasil, no ano de 1872, acusou uma taxa de analfabetismo de 82,3%, para a população de cinco anos ou mais. Estimativas indicam que para a população de 10 anos ou mais essa taxa estaria em torno de 78%. Com a exposição desses dados procura-se demonstrar o quanto é notável que durante o período da reforma eleitoral a maior parte da população brasileira era composta por analfabetos. (De Leão, 2012, p. 611)

Num país onde a população escrava não tinha acesso a educação e viviam sob a égide do senhor de escravo a lei não representou grandes impactos, mas compreende-se que desse processo que o negro não era considerado cidadão ativo do processo eleitoral. E para manter-se no poder essa elite manteve uma estrutura social e hierárquica fundamentada em leis, regras e imposições para que a estrutura básica do poder não houvesse alteração. Para exemplificar essa estruturação hierárquica temos a Lei de Terra, 1850, a Abolição em 1888 e a Constituição de 1891.

Anterior a Lei de Terra ser promulgada, o governo imperial investia na captação de europeus interessados em imigrar para o Brasil, através de um programa destinado especificamente ao imigrante branco e europeu, fortalecendo a discriminação racial, visto que as transformações da sociedade visava o progresso da nação, e nesse contexto somente o homem branco europeu poderia realizar as transformações sociais necessárias a sociedade brasileira.

Com a política de imigração do povo europeu que dava início ao processo de miscigenação no Brasil, também conhecida como política do branqueamento da raça. A ideia do arianismo não começou com Adolf Hitler, foi uma construção ideológica europeia seguida pela americana, expandida a todos os colonizadores. O governo brasileiro, por medida de lei, incentivou a imigração de italianos, alemães, espanhóis e de outras nacionalidades, desde que fossem brancos.

A ideia da mestiçagem à brasileira legitimava uma política pública de exclusão social da população negra e, conseqüentemente, o seu desaparecimento, pois segundo a lógica da elite, a miscigenação produzia naturalmente uma população mais clara, o que na prática não se efetivou, graças a organização negra que em nenhum momento cruzou os braços e esperou as coisas acontecerem, tem lutado e continua lutando constantemente por espaço e reconhecimento.

O historiador Márcio J. Pereira destaca o papel da intelectualidade nacional como mediadora de uma ideia efetiva de “branqueamento”:

O processo de imigração proposto pelos intelectuais brasileiros – alguns vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) – em meados do século XIX teoricamente apresentava fatores positivos para ambos os lados, pois diminuiria a massa excedente de trabalhadores na Europa – o número de desempregados – e conseqüentemente reduziria o número de crimes e tumultos formados por esse exército de mão-de-obra excedente. Já o Brasil teria vantagem em absorver mão-de-obra com maior formação profissional, que viria especialmente para ajudar no desenvolvimento e crescimento do país. [...] João Baptista de Lacerda alega que o branqueamento da raça era visualizado como um processo seletivo de miscigenação

que, dentro de certo tempo – aproximadamente três gerações – produziria uma população de fenótipo branco. (Pereira, 2010, p. 28 – 31)

Atrelada ao movimento intelectual, os magistrados brasileiros interessados em privilegiar os senhores escravocratas impedem legalmente o acesso as terras pela população negra através do estabelecimento de regras de compra e venda que impossibilitavam a transmissão da propriedade pela ocupação e pelo usucapião da terra. Esses intelectuais não visualizavam os negros como migrantes, como potenciais detentores da terra e do resultado do seu cultivo. Essa percepção já vinha de outrora em uma relação conflitante, tal qual assevera Aimé Césaire:

Entre o colonizador e colonizado só há lugar para o trabalho forçado, para a intimidação, para a pressão, para a polícia, para o tributo, para o roubo, para a violência, para a cultura imposta, para o desprezo, para a desconfiança, para o silêncio dos cemitérios, para a presunção, para a grosseria, para as elites descerebradas, para as massas envilecidas. Nenhum contato humano, somente relações de dominação e de submissão que transforma o homem colonizado em vigilante, em suboficial, em feitor, em anteparo, e ao homem nativo em instrumento de produção. Cabe-me agora levantar uma educação: colonização = coisificação. (Césaire, 2017, p. 31).

Obviamente o negro que gerava a riqueza para o país ficaria de fora dessa política por não possuir recursos financeiros para aquisições, tampouco teria meios de cultivar a terra para garantir sua subsistência.

Em 28 de outubro de 1848 foi aprovada a Lei nº 514 pela qual o governo do Império concedia a cada província 36 léguas quadradas de terras devolutas destinadas à colonização (...) A cada uma das províncias do Império ficavam concedidas no mesmo, ou em diferentes lugares de seu território, seis léguas em quadra de terras devolutas, as quais serão exclusivamente destinadas à colonização, e não poderão ser roteadas por braços escravos. (Domingues, 2004, p. 32)

A Lei de Terras de 1850 foi bem enfática ao afirmar categoricamente que um indivíduo somente poderia tornar-se dono de uma terra mediante a compra, pois a doação ou posse estavam proibidas. Isso foi uma tática utilizada pelo governo imperial, pois o negro escravizado não tinha condições econômicas de comprar terras muito menos ser beneficiado pela doação. Reforça-se a ideia do racismo institucional, segundo Petrônio José Domingues:

[...] um dos propósitos da capitalização do campo foi impedir o acesso a terra pelos negro: tanto os libertos quanto os cativos. Já havia um consenso segundo o qual o fim do tráfico negreiro selava o destino, mais cedo ou mais tarde, da escravidão do

país. Daí a necessidade de medidas preventivas, implementadas para privar o negro de possibilidade de tornar-se proprietário”(2004, p. 33)

O negro, além de não dispor de dinheiro para aquisição, também não dispunha para cultivar a terra e manter a sua subsistência. A lei reforçou a desigualdade racial existente entre negros e brancos e garantiu o controle fundiário nas mãos da elite rural do país. Outras leis foram implementadas e nenhuma delas tinha a população negra como beneficiada:

Em seguida, em 17 de fevereiro de 1854, foi estabelecido o Decreto no 1331, que regulamentava o ensino primário e secundários de forma gratuita e obrigatória para as crianças acima de 7 anos, com exceção dos escravos, que não podiam estudar em nenhum nível de ensino. Em um trecho do Decreto, está apresentado: “Art. 69. Não serão admitidos à matrícula, nem poderão frequentar as escolas: § 1o Os meninos que padecerem moléstias contagiosas. § 2o Os que não tiverem sido vacinados. § 3o Os escravos.” (BRASIL, Decreto no 1331 de 1854). Nos anos seguintes, foi estabelecida a Lei no 1.237, de 24 de setembro de 1864, que regia sobre a hipoteca. Nessa lei o negro não foi considerado como ser humano, mas como uma propriedade que pertencia ao senhor escravocrata, o escravo era apontado como objeto e poderia ser hipotecado. (Oliveira, 2021, p. 75)

A promulgação da Lei Áurea, 1888, foi um fato consumado, visto que o sistema escravagista estava falido. A presença de negros livres nas ruas pregando e inflamando a desobediência, a luta do movimento abolicionista, e as fugas são fatores que somados levaram à falência gradativa da escravidão.

A extinção do elemento servil pelo influxo do sentimento nacional e das liberdades particulares, em honra do Brasil, adiantou-se pacificamente de tal modo, que hoje aspiração aclamada por todas as classes com admiráveis exemplos de abnegação da parte dos proprietários. Quando o próprio interesse privado vem espontaneamente colaborar para que o Brasil se desfaça da infeliz herança que as necessidades da lavoura havia mantido, confio que não hesitareis em apagar do direito pátrio a única exceção que nele figure antagonismo com o espírito cristão e liberal de nossas instituições (Costa, 1994, p. 92)

A abolição não foi um ato generoso da Princesa, mas sim um processo que vinha sendo construído para o fim da escravidão no país, uma luta dos abolicionistas árdua contra o capital dos grandes fazendeiros que não queriam perder o capital investido e queriam que o governos os indenizasse pela abolição.

A Lei Áurea, apesar de ser celebrada como o fim oficial da escravidão no Brasil, não assegurou aos negros recém-libertos mais do que a mera liberdade física. A vida após a abolição foi marcada por uma cruel realidade de privações e desigualdades. Livres, mas desamparados, os negros enfrentaram uma série de obstáculos que os deixaram à margem da

sociedade. Sem terem onde morar, sem recursos financeiros, sem acesso à educação e sem garantias legais, sua liberdade se traduzia muitas vezes em uma existência precária.

O cenário pós-abolição revelou a persistência de uma estrutura socioeconômica profundamente desigual, na qual os negros livres se viram relegados a trabalhos subumanos, com jornadas exaustivas e remuneração irrisória. As oportunidades de sustento se limitavam, em grande parte, a ocupações nas quais eram explorados em condições insalubres, sem qualquer proteção trabalhista.

A ideia da abolição da escravidão foi sendo construída, pois a escravidão representava para o país um atraso, libertar os cativos seria proporcionar ao país um avanço civilizatório e progresso da sociedade, esse progresso seria a industrialização. Aos poucos o discurso abolicionista foi criando apoiadores de várias classes sociais na luta contra a escravidão. Dessa luta, resultou à aprovação da Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888, que, no seu artigo primeiro alega: “Art. 1º É declarada extinta, desde a data desta Lei, a escravidão no Brasil” (BRASIL, 1888).

A criação da lei representou para o negro o abandono por parte do governo, os negros foram usados como mercadorias e economicamente relegados a própria sorte, conforme relatou o ex-escravo Gregório Bezerra:

[...] em suas memórias, a história de preto que era feito. “ Ele tinha sido escravo e continuava pior que escravo” escreve Bezerra; “E tinha saudade da escravidão, por quê. segundo ele, naquela época comia carne, farinha e feijão à vontade e agora mal comia um prato de xerém com água e sal.” (Bezerra apud Costa, 1994, p. 96)

Foram largados a sua própria sorte, porque não houve no país uma política pública de inserção da população negra na sociedade brasileira que garantisse uma vida digna; pelo contrário, não foram indenizados pelos anos de trabalho forçado, foram relegados à marginalidade, sem moradia digna, sem identidade, sem lar e sem trabalho. Com o fim da escravidão foram criadas políticas públicas pensando no branqueamento como um processo de evolução natural e conseqüentemente exaltava a superioridade da raça branca sobre as demais tanto no campo cultural, social, intelectual, político e econômico.

O pensamento elitista do brasileiro era que o negro representava atraso e investir no branqueamento seria uma forma de livrar o país dos negros. Esse pensamento elitista não apenas marginalizou os negros, mas também perpetuou a noção de que eles eram um obstáculo ao desenvolvimento do país. Investir no branqueamento foi visto como uma forma de "purificar" a nação, relegando a população negra a uma posição de subjugação e

perpetuando desigualdades estruturais. A ausência de políticas eficazes de inclusão e reparação histórica apenas reforça as barreiras que os negros enfrentam, perpetuando um ciclo de marginalização e injustiça social.

Após a abolição o cenário de vida do negro foi catastrófico, resumindo em cinco pontos conforme Petrônio José Domingues (2004):

Primeiro, abandonaram imediatamente as fazendas de origem, em migrações sazonais pelo estado, tendo sua força de trabalho aproveitada, (...) Segundo, deixaram a fazenda do antigo senhor para levar uma vida errante pelo interior do estado, fixando em locais despovoados ou adjacentes às fazendas, sobrevivendo alocados na economia de subsistência. (...) Terceiro, os ex-escravos permaneceram na fazenda do antigo senhor, trabalhando como assalariados na lavoura ou prestando serviços maçantes, desprezados socialmente, (...) Quarto, regressado para a região nordeste, (...) Quinto, os ex-escravos e negros de modo geral migraram para a cidade na perspectiva de conseguirem emprego e apagarem da memória as lembranças horrendas do cativeiro” (Domingues, 2004, p. 206-207)

Infelizmente, não houve para o negro uma ação efetiva por parte do governo que garantisse um futuro e uma vida tranquila, pois na cidade muitos não conseguiam emprego por serem analfabetos e estarem malvestidos e por não terem experiência nas fábricas, agora ex-escravos enfrentavam uma luta diária pela sobrevivência da desigualdade social e enfrentar o racismo. Fato esse que colocava o negro em empregos ocasionais apenas para garantir a sua sobrevivência; restava ao negro os trabalhos mais pesados e insalubres, ao contrário do branco que exercia as melhores funções.

O racismo institucional foi forçado com a Constituição de 1891, onde mais uma vez a minoria branca criou mecanismos na forma da lei para deixar de fora a maioria da população negra da participação política e do exercício da democracia, de votar e ser votado. A Constituição previa o voto universal masculino somente a homens maiores de 21 anos, brasileiros e alfabetizados; somente esses tinham direito a voto; a maioria da população, principalmente a negra, continuava de fora das decisões políticas brasileiras. Essa situação só mudaria com a Constituição de 1934.

Durante a Primeira República o mando político brasileiro esteve nas mãos dos poderosos coronéis, essa elite política eliminava a competição através da violação das leis, atuando de forma, via meios fraudulentos e truculentos impedia a renovação do mundo e mando político, a política era para poucos.

Por isso, que na Constituição de 1891 as mudanças não representaram igualdade de direitos, pois o país mantinha como base econômica a escravidão, e os africanos e descendentes livres não tiveram e não têm uma vida fácil. Tudo que tem conseguido é através dos movimentos de resistência e a criatividade de manterem firmes em suas origens e lutar

pelos seus direitos. Visto que a Constituição de 1891 é cópia malfeita da norte americana, mas que aqui no Brasil não discutiu problemas pontuais como a distribuição de terras e sociais, no entanto reforçou a desigualdade entre a elite agrária e a população negra.

Para compreender um pouco mais o descaso com a população negra, a moradia dos negros eram precárias; muitos viviam nas cidades embaixo de porões, em cortiços fétidos sem saneamento básico, sem nenhuma condição de higiene ou em casebres. A situação era tão degradante que em 1904, o então prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Pereira Passos, visando modernizar a cidade, promoveu a expulsão e demolição dos cortiços para construção de uma avenida na cidade.

A população, em sua grande maioria negra, foi relegada às regiões mais afastadas do centro da cidade, “os casebres” eram o principal tipo de moradia. Muitos deles eram feitos de taipa, construídos de forma irregular em pontos de encostas, descampados, beiras de rios, áreas de povoamento descontínuo, próximo às estradas que ligavam ao centro da cidade (Domingues, 2004, p. 218), uma ação que não beneficiou em nada a maioria da população negra e sim uma elite que teria uma avenida moderna estilo europeu. Essa ação do governo privilegiou a elite brasileira carioca com uma cidade moderna sem a presença de negros residindo no local, mas levou os negros a marginalidade a periferia longe da presença das elites do poder.

A criança negra não tinha infância; desde cedo era levada com os pais para o trabalho na lavoura, mas com a abolição a realidade não mudou iam à feira, ao mercado, trabalhavam nas oficinas de fundo de quintal, amadureciam cedo e parte do que recebiam era para complementar a renda da família. Quanto à educação, o negro era impedido de estudar, uma por sofrerem discriminação racial e outra por não terem condições financeiras de estudar em colégios privados. Para manter a dignidade, a população negra por natureza mantém seus costumes e tradições por meio de associações e a união entre eles.

Para garantir acesso à educação fundaram projetos experimentais de escolas voltadas para a comunidade negra visando alfabetizar os filhos dos negros, bem como também conscientizar a população negra, de todas as escolas fundadas devido a falta de capital nenhuma prosperou, mas também nenhum colégio teve recursos por parte do poder público.

A exploração do trabalho vem desde o pós-abolição, quando não havia legislação trabalhista e o trabalhador ficava à mercê do patrão. Muitas vezes tinham descontos absurdos, salários atrasados, descontos abusivos, menores sujeitos à exploração sem descanso semanal ou férias. O fato é que a partir de 1934, no país há uma legislação trabalhista, porém ainda encontramos casos de exploração do trabalho análogos à escravidão.

A estrutura do racismo foi sendo construída aos poucos pela elite e mantida ao longo dos anos. Após a abolição da escravidão os negros ficaram excluídos do mercado de trabalho, foram sujeitos às diferentes trabalhos sem as mínimas garantias, foram expulsos de suas casas e jogados aos morros e encostas sem as mínimas condições de higiene, não tiveram acesso a educação de qualidade e à saúde.

Enfim, não foi criada nenhuma ação política no pós abolição por parte do governo que os apoiasse e incluísse os negros na sociedade de forma igual e justa, por isso é imprescindível que haja políticas públicas que incluam e garantam de forma igual, com equidade, o direito entre negros e brancos sem nenhuma distinção, ou melhor, que reconheça a necessidade de cada um e que acima de tudo haja respeito.

Notadamente na sociedade brasileira há uma diferença social muito grande desde o processo de colonização, ou melhor um desequilíbrio entre negros e brancos. Essa diferença está presente no cotidiano, principalmente do negro, na falta de políticas públicas que lhes garantam dignidade, igualdade e equidade entre pretos e brancos. Como vimos, com o fim da escravidão o negro não teve acesso a moradia adequada, educação, saúde, emprego e salários justos, isso porque os políticos brasileiros são escolhidos entre a elite branca, que detêm o poder econômico, político, jurídico que não quer mudança no status social.

A população negra com o fim a escravidão não se enquadrava nos ideais pensados para a elite política, que era a modernização do país, a lógica da elite colônia era o ideal de branqueamento, o incentivo de política pública a vinda do imigrante e o incentivo a miscigenação. A ausência de políticas públicas efetivas para a integração dos negros libertos na sociedade contribuiu para a perpetuação de um ciclo de pobreza e marginalização. A liberdade concedida pela Lei Áurea revelou-se, assim, como um aspecto superficial em meio a um contexto de injustiças estruturais e desigualdades arraigadas.

É importante frisar que esse racismo institucional é tão naturalizado que ocorre na maioria das vezes de forma inconsciente, são lógicas derivadas da escravidão que não foram ressignificadas e que são reproduzidas até hoje, apesar de teoricamente o olhar sobre o corpo negro como objeto ter sido, após o período da abolição, transformado, reconhecendo o negro como sujeito e cidadão com direitos. (Oliveira, 2021, p. 111)

Essa discussão ressalta a importância não apenas de reconhecer o passado histórico, mas também de enfrentar as consequências legadas pela abolição da escravatura. É fundamental promover políticas inclusivas e reparadoras que visem mitigar as disparidades sociais e econômicas que ainda persistem, garantindo verdadeiramente a igualdade de

oportunidades e o pleno exercício da cidadania para todos, independentemente de sua origem étnica.

Por fim, é crucial reconhecer que essa herança histórica ainda se reflete nas estruturas sociais, econômicas e políticas do Brasil contemporâneo. Enquanto não houver um compromisso genuíno com a justiça social e a igualdade racial, continuaremos a ver as consequências desse legado de discriminação e exclusão. A superação dessas desigualdades exige uma abordagem multifacetada que inclua políticas de reparação, garantias de direitos e uma mudança profunda na mentalidade e estrutura da sociedade brasileira.

Nessa perspectiva histórica do país, na qual o racismo institucional foi mantido pela política nacional, a população negra foi duramente esquecida em todos os cantos da nação, por isso, nos faz pensar em resgatar a memória histórica da presença da população negra no processo de formação dos estados.

Tendo em vista o negacionismo da participação da população negra na formação do estados do Sul, o segundo capítulo tende a desconstruir essa lógica dando destaque a população negra em especial, a formação do Estado do Paraná com o intuito de dar visibilidade a população negra no processo de formação da identidade paranaense.

## **CAPÍTULO II - A PRESENÇA DO NEGRO NA FORMAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ**

A presença da população negra no processo de formação do Estado do Paraná é inegável, porém, quando analisamos sua participação política ativa, surgem questionamentos pertinentes. Historicamente, o Brasil não implementou políticas efetivas de inclusão da população negra na sociedade, e essa realidade se reflete na formação política do Paraná. A elite política e intelectual do estado perpetuou a narrativa de que os estados do sul foram colonizados exclusivamente por imigrantes europeus, marginalizando assim a contribuição e a presença dos negros nesse processo. Esta ausência de reconhecimento e inclusão política da população negra evidencia uma lacuna significativa na história e na representatividade política do Estado do Paraná.

Para desconstruir essa ideia a Lei 10639/2003 possibilitou por meio do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, que tenhamos a oportunidade de resgatar, valorizar e dar voz a população negra quanto a sua participação, no processo de formação de identidade negra paranaense. Em 2018, passados 15 anos da lei, escreveu o historiador negro Delton Felipe:

Nesses quinze anos de aprovação da Lei 10.639/2003 em que foi outorgada a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica, intensificaram-se os estudos sobre a participação da população negra na construção das histórias regionais. No estado do Paraná isso também ocorreu, apesar das narrativas de uma historiografia tradicional afirmar a não existência da população negra na construção da identidade estadual, exaltando assim a memória imigrante europeia como elemento norteador da identidade da região, nos últimos anos as narrativas históricas sobre como a identidade do Paraná foi construída têm sido revisitadas. Isto posto, esse texto tem como pretensão discutir como a negação da memória negra fez parte de um projeto gestado na cultura paranaense para construção de uma identidade regional baseada em uma política de branqueamento vigente no final do século XIX e início do XX no Brasil. (Felipe, 2018, p. 156)

Embora a historiografia oficial tenda a retratar o estado do Paraná como excepcional em relação aos demais estados do país, essa visão é fortemente influenciada pela narrativa promovida pela elite política dominante. Essa elite, enraizada em uma ideologia de suposta superioridade, sistematicamente omite e nega a contribuição e presença da população negra na formação e desenvolvimento do estado. Essa negação é manifestada através de políticas de invisibilidade, que são perpetuadas pelo racismo institucional presente nas estruturas sociais e políticas. Esse racismo se evidencia na exaltação da figura do colonizador europeu imigrante, enquanto marginaliza e silencia as contribuições históricas e culturais das comunidades

negras, reforçando assim a hegemonia da elite agrária. Segundo essa elite os europeus vieram para povoar o estado, com isso descartam a ideia de outros povos existentes.

Essa elite política e literária do estado construiu um modelo ideal de sociedade baseado no paranismo, que consistia no esquecimento da memória da população negra e a existência da escravidão no estado, mas ao mesmo tempo exaltar e forçar o ideal de sociedade baseado na miscigenação e na figura do europeu.

A busca para formação de uma identidade local foi iniciada após a emancipação paranaense de São Paulo, a partir de 1853, com vários incentivos governamentais em busca de construir uma memória coletiva do que é ser paranaense, e isso é o que podemos chamar de políticas da memória. Na busca de uma coesão ou de uma ideia de compartilhamento de passado, o estado aparece como uma gente que propõe, através de vários instrumentos, essa convicção de compartilhamento memorial. No Paraná, a construção dessa política da memória se fez a partir do “paranismo”, e terá no jornalista e historiador Alfredo Romário Martins um dos seus principais definidores e expoentes no final do século XIX e início do XX. (Felipe, 2018, p. 160)

Entendemos o paranismo como uma política de construção de identidade do paranaense que se fez do esquecimento e da marginalização da população africana. Segundo Romário Martins em sua clássica tese sobre a História do Paraná definiu o conceito de paranismo/paranista:

Paranismo é todo aquele que tem pelo Paraná uma afeição sincera, e que notavelmente a demonstra em qualquer manifestação de atividade digna, útil à coletividade paranaense. (...) Paranista é simbolicamente aquele em terra do Paraná lavrou um campo, vadeou uma floresta, lançou uma ponte, construiu uma máquina, dirigiu uma fábrica, compôs uma estrofe, pintou um quadro, esculpiu uma estátua, redigiu uma lei liberal, praticou bondade, iluminou um cérebro, evitou injustiça, educou um sentimento, reformou um perverso, escreveu um livro, plantou uma árvore. Paranismo é espírito novo, de elação e exaltação, idealizador de um Paraná maior e melhor pelo trabalho, pela ordem, pelo progresso, pela bondade, pela justiça, pela cultura, pela civilização. é o ambiente de paz e solidariedade, o brilho e a altura dos ideais, as realizações superiores da inteligência e dos sentimentos. (1995, p. 38)

Podemos entender claramente que o sentido dessa posição do historiador Romário Martins, bem como também da elite política dominante, a população paranaense poderia ser formada por qualquer pessoa que demonstrasse simplesmente um ato de bondade para com o estado, podendo ser esse um empregador, financiador, um bom trabalhador, enfim ser paranaense significava o progresso e a escravidão representava o atraso, por isso a população negra foi deixada de fora da memória da população paranaense e investiram e incentivaram a vinda do imigrante.

Com a imigração maciça de europeus e o desenvolvimento industrial, o estado do Paraná viu-se impelido a forjar uma identidade regional distinta, pautada majoritariamente em elementos europeus, relegando a presença negra a uma posição de invisibilidade. Inicialmente, essa construção identitária foi permeada por um ideal de branqueamento, que almejava uma população idealmente loira de olhos azuis. A expectativa era de que a chegada dos imigrantes europeus estabelecesse uma espécie de supremacia racial, diluindo os traços negros pela mestiçagem. (Carvalho, 2016, p. 88)

Contudo, a realidade revelou-se diferente: a imigração trouxe consigo não apenas um encontro de culturas, mas também um embate entre elas. Esse choque cultural desencadeou uma nova fase na busca por uma identidade, que necessariamente deve reconhecer e incorporar a diversidade étnica e cultural, incluindo a contribuição histórica e presente da comunidade negra. Mas sabemos que isso não aconteceu, de acordo com Tatiana Carvalho:

Nesse sentido, podemos dizer que o discurso do Movimento Paranista, que considera que somente os imigrantes europeus foram os responsáveis pela história e cultura da cidade, dissemina um discurso fundador que instaura uma nova ordem de sentidos, cria uma nova tradição, ressignificando o que veio antes e instituindo um novo sentido: o discurso da representação e da imagem da cidade que nega o passado escravocrata e invisibiliza o negro. (2016, p. 88)

Durante minha aula de história com os alunos do terceiro ano, cujo tema era sobre as dinâmicas das Oligarquias no Poder, com foco na migração para o estado do Paraná, surgiu um momento de profunda indignação diante das leituras realizadas pelos alunos. Notadamente, ficou evidente o discurso pautado na utilização do imigrante como catalisador do progresso, que, por sua vez, era associado à miscigenação entre negros e brancos. Este discurso, que ecoava a ideia de que, em um período de 100 anos, a população negra e indígena desapareceria, cedendo lugar a uma nação branca e supostamente mais inteligente, gerou justificada revolta.

Um exemplo concreto desse discurso é encontrado no trecho da comunicação apresentado pelo Dr. João Baptista de Lacerda, diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, ao Primeiro Congresso Universal das Raças, realizado em Londres entre 26 e 29 de julho de 1911. O título da comunicação era nada mais, nada menos que, “Sobre os mestiços no Brasil”, onde ele destacava a idealização do branqueamento da raça como um objetivo a ser alcançado. Essa abordagem não apenas evidencia a visão discriminatória e excludente predominante na época, mas também revela a adoção de políticas e ideologias que fundamentam práticas racistas e de supremacia racial. De acordo com Lacerda:

A seleção sexual contínua aperfeiçoa sempre ao subjugar o atavismo e purga os descendentes de mestiços de todos os traços característicos do negro. Graças a este procedimento de redução étnica, é lógico supor que, no espaço de um novo século, os mestiços desaparecerão do Brasil, fato que coincidirá com a extinção paralela da raça negra entre nós. Depois da abolição, o negro entregue a ele próprio começou por sair dos grandes centros civilizados, sem procurar melhorar, no entanto, sua posição social, fugindo do movimento e do progresso ao qual não poderia se adaptar. Vivendo uma existência quase selvagem, sujeito a todas as causas de destruição, sem recursos suficientes para se manter, refratário a qualquer disciplina que seja, o negro se propaga pelas regiões pouco povoadas e tende a desaparecer de nosso território, como uma raça destinada à vida selvagem e rebelde à civilização. A população mista do Brasil deverá então ter, dentro de um século, um aspecto bem diferente do atual. As correntes de imigração europeia, que aumentam a cada dia e em maior grau o elemento branco desta população, terminarão, ao fim de certo tempo, por sufocar os elementos dentro dos quais poderiam persistir ainda alguns traços do negro. (1911, p. 7)

Lacerda segue seu discurso fazendo previsões e dando garantias aos ingleses – intimamente envolvidos na aceleração do fim do tráfico negreiro no Atlântico – que o Brasil é um país que não pode ser taxado de racista, entoando a máxima que persiste até os dias atuais que alega que somos um país livre de preconceitos de raça e de cor.

Os preconceitos de raça e de cor, que nunca foram muito enraizados no Brasil, como sempre vimos entre as populações da América do Norte, perderam ainda mais força desde a Proclamação da República. A porta aberta por esse regime a todas as aptidões deixará penetrar muitos mulatos de talento até as mais altas corporações políticas do país. No Congresso Nacional, nos tribunais, na Instrução Superior, na carreira diplomática, nos corpos administrativos mais elevados, os mulatos ocupam hoje uma situação proeminente. Eles são uma grande influência sobre o governo do país. As uniões matrimoniais entre os mestiços e os brancos não são mais repelidas, como já foram no passado, a partir do momento em que a posição elevada do mulato e suas qualidades morais provadas fazem esquecer o contraste evidente de suas qualidades físicas, e que sua origem negra se esvai pela aproximação das suas qualidades morais e intelectuais dos brancos. O próprio mulato esforça-se por meio dessas uniões em fazer voltar seus descendentes ao tipo puro do branco. Já se viu, depois de três gerações, os filhos de mestiços apresentarem todas as características físicas da raça branca, por mais que em alguns persistam ainda alguns traços da raça negra devido à influência do atavismo. (Lacerda, 1911, p. 6 – 7)

O documento apresentado pelo médico João Baptista, deixa evidente o racismo institucional orquestrado pela elite brasileira de negação e inclusão da população negra na história regional, enquanto agentes históricos e geradores de riquezas, uma vez que, não defende sua participação na sociedade tais quais são, em suas características de raça, cor, religião e cultura, mas sim, perante um processo de embranquecimento.

No estado do Paraná não foi diferente a população negra foi escravizada, tratada como mercadoria, geravam riquezas para seus senhores e para o estado, não tem como serem excluídos da memória histórica da população paranaense. Visando consolidar a memória da

história paranaense, a elite política inicia o projeto após a emancipação política do Estado do Paraná, em 1853, com foco no imigrante, assim desvia-se o foco do estado ser um estado composto por população negra e escrava.

A alegação de historiadores como Wilson Martins, de deixar a população negra fora do contexto histórico da memória paranaense seria a de que o “Paraná seria “um país diferente” do resto do país por não ter conhecido a existência da escravidão e por ter sido colonizado eminentemente por europeus, o que levou o estado ao progresso e a civilização. Tatiana Carvalho enfatiza a contradição da proposta de Wilson Martins:

Em *Um Brasil Diferente*, de Wilson Martins, são apresentadas duas zonas de colonização no Brasil – uma nacional (de origem portuguesa, matricial) e outra de predominância estrangeira –, a fim de destacar a heterogeneidade do povo paranaense e sua diferença ao nacional, visto que a formação social do Paraná seria de predominância estrangeira, teria a ausência do português e a quase inexistência da escravatura – fato contraditório, pois, até 1888, a sociedade paranaense era escravocrata e, em 1955, a população negra e parda no estado do Paraná era de 35% do total. [...] É nesse contexto, então, que surge o mito de um Estado/capital branco(a), fruto de colonização europeia, sem o elemento negro. Enquanto aos imigrantes europeus é dado destaque, a escravidão e a presença do negro são colocadas em segundo plano, quando não omitidas, apagadas. (Carvalho, 2016, p. 89 – 90)

Essa visão elitista é mentirosa e omissa em relação à população negra, porque o estado desde seu processo de formação utilizou-se do trabalho escravo e resgatar a memória da população negra é fundamental para que de fato a história tenha sentido e faça jus a realidade dos fatos ocorridos no estado. Porque houve escravidão e a população negra faz parte dessa história, e deixá-la de fora desse processo é negar a história da identidade do paranaense, sendo assim a identidade das famílias paranaenses tem suas origens:

Depois da Autorização Real de 14 de março de 17, mandando conceder sesmarias, é que o Governador D. Álvaro da Silveira e Albuquerque iniciou essa prática através de um documento expedido a 16 de agosto de 1703. Os pedidos de sesmarias de Curitiba partiam sobretudo de São Paulo, Santos e Paranaguá, sendo que inicialmente, fazia-se a ocupação do solo com alguns escravos e algumas cabeças de gado. (Santos, 2001, p. 30)

Essas sesmarias eram concedidas a famílias, ligadas à população europeia, visto que estas tinham condições econômicas para manter o funcionamento de uma sesmaria. O povoamento de Castro, foi uma sesmaria cedida ao português Pedro Taques de Almeida e sua família. Segundo Delton Felipe (2018, p. 161): “em Castro, em 1839 os escravos eram 26% da população”. Nelas perpetuava o regime escravocrata, fosse na mineração, na pecuária, na agricultura, cultivo ou na extração de erva-mate. Com um jeitinho político, a família Almeida estendeu suas terras, onde hoje é a atual região de Ponta Grossa ao Norte Pioneiro, mais tarde

essa propriedade veio a ser o caminho das tropas, ou como era conhecida Estrada das tropas, na qual os criadores de animais realizavam a compra e animais na região Sul e se deslocava até a as províncias do sudeste.

Muitos negros escravizados atuavam nesse trabalho de transporte. E a presença da população negra foi fundamental nesse processo. Já com a doação de sesmarias o Estado do Paraná passa a exercer uma economia rural, que contava com a presença dos negros em sua formação populacional, presença esta que aumentou significativamente durante a expansão da cultura cafeeira no estado. “a mão-de-obra escrava era empregada nos serviços internos da fazenda, juntamente com trabalhadores assalariados” (Santos, 2001, p. 31)

Dados históricos evidenciam que a escravidão desempenhou um papel central na economia e na formação social do Paraná. No entanto, a narrativa oficial tende a subestimar ou ignorar completamente essa contribuição, concentrando-se exclusivamente na imigração europeia como o principal motor do desenvolvimento do Estado.

Por exemplo, dados do IBGE revelam que, em 1872, cerca de 40% da população do Paraná era composta por negros escravizados, evidenciando a magnitude da influência africana na sociedade paranaense. Além disso, estudos arqueológicos têm demonstrado a presença de quilombos e vestígios da cultura afro-brasileira em diferentes regiões do estado, destacando a importância histórica e cultural dos afrodescendentes na construção do Paraná.

Nesse contexto histórico populacional paranaense vale ressaltar a formação de núcleos urbanos impulsionados pelo movimento tropeirismo, que manteve o trabalho escravo. Esses novos núcleos se formaram devido à rota comercial que a tropa realizava, chegavam a percorrer em média 45 (quarenta e cinco) quilômetros por dia e seus pontos de paradas, as pousadas, formaram novos povoados e cidades. Cidades como Piraí do Sul e Jaguariaíva, que foram fundadas pelos movimentos tropeiristas.

Certamente, no contexto do Estado do Paraná, a formação econômica foi amplamente impulsionada pelo trabalho de homens e mulheres negros que foram submetidos à escravidão. Essa realidade não difere substancialmente de outras regiões do Brasil, onde a mão de obra escrava foi o alicerce essencial do poder econômico dos proprietários de terras, especialmente os grandes latifundiários. Dados históricos revelam que a contribuição dos negros escravizados foi significativa para o desenvolvimento econômico da região, sendo responsáveis por atividades agrícolas e extrativistas que sustentavam a economia local. Essa exploração desumana e sistemática gerou riqueza para uma minoria privilegiada, enquanto impôs condições de extrema privação e sofrimento aos escravizados, deixando um legado de desigualdade social e econômica que reverbera até os dias atuais. Portanto, compreender a

história do Paraná implica reconhecer o papel central dos negros escravizados na construção da riqueza da região e os impactos duradouros desse sistema injusto em sua estrutura socioeconômica.

E ao explorar o povoamento do Estado do Paraná, a prioridade dada foi o imigrante, onde o governo para manter o poder nas mãos de uma elite branca, cria a política populacional urbana de poucos, sendo a população negra abandonada própria sorte nas cidades, tendo que exercer diferentes funções domésticas, de aluguel e muitas vezes em condições análogas a escravidão. Na cidade foram relegados a zonas periféricas sem mínimas condições de vida. Para se ter uma ideia dessa segregação a Capital do Paraná Curitiba foi projetada segundo estilo europeu do branco civilizado, nada no Centro Cívico caracteriza a presença e a participação do negro em sua construção, os passeios turísticos priorizam rotas a parques e praças em homenagem a imigração alemã, ucraniana, italiana, árabe, polonesa dentre outras.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2023 a população negra corresponde a 35% da população de Curitiba, esses dados só reforçam que a população negra existiu durante o processo de formação do povoamento do estado, porém foram excluídos dessa participação, na qual a elite política consideravam apenas o europeu.

Assim, o que prevaleceu foi a história falaciosa de que o estado do Paraná fora colonizado especificamente por imigrantes. Essa ideia é a que prevalece e ao estudar a formação política percebe-se a existências de grupos dominantes para as regiões do estado, essas famílias consideradas tradicionais, normalmente grandes proprietários rurais e influentes politicamente em sua região, exercem cargos de liderança nas comunidades e estabelecem alianças entre as famílias. Embora a história reconheça a presença significativa de escravos em Curitiba e o papel fundamental dos negros na construção do Paraná, o discurso oficial, enraizado na ideologia do Movimento Paranista, buscou deliberadamente apagar essa parte da narrativa estadual. Este processo revela um jogo de poder onde são privilegiados certos locais de memória, especialmente ligados à imigração europeia, em detrimento da preservação da memória negra.

É comum ver a atenção dada a história da imigração no estado, são inúmeros os projetos e pesquisas que enfatizam a presença e a importância da imigração e os imigrantes de origem europeia na formação das cidades, na identidade paranaense e no crescimento econômico do estado frente a outros estados do país que tiveram suas histórias marcadas pela herança da escravidão. A cidade de Colombo no Paraná é um exemplo do agrupamento de imigrantes, ou melhor, famílias, que se ajudaram e recriaram suas tradições. Guardam suas

memórias, seus objetos. Um exemplo dessas tradições é a Casa Eugênio Mottin, construída em 1992 e doada à prefeitura pela família italiana Mottin. A casa é aberta à visitação e tem como objetivo contar toda a história da imigração italiana no município de Colombo. Existem vários exemplos dessa presença imigrante no Paraná, desde Rolândia, Warta, Witmarsum, Prudentópolis, Colônia Santa Cecília etc.

A fim de ilustrar o que estamos argumentando, nos valem apenas de Curitiba para apresentar locais cuja memória imigrante é reverenciada:

<b>Lugar de Memória</b>	<b>Ano Inauguração</b>	<b>Homenagem</b>	<b>Localização</b>
Bosque do Alemão	1996	Primeiros imigrantes alemães	Vista Alegre
Bosque do Papa João Paulo II e Memorial Polonês	1980	Comunidade polonesa	Centro Cívico
Bosque de Portugal	1994	Povo e Cultura portuguesa	Jardim Social
Jardim Botânico	1991	Jardins franceses	Jardim Botânico
Memorial Ucraniano	1995	Centenário da imigração ucraniana	Parque Tingui, São João
Portal Italiano e Memorial da Imigração Italiana	-	Imigração italiana	Santa Felicidade
Praça da Espanha	1955	Colonização espanhola	Bigorriho
Bosque Boa Vista / Bosque Dr. Martim Lutero	1996	Martim Lutero/Alemão	Boa Vista
Bosque Fazendinha	1995	Família Klemtz, alemães	Fazendinha
Bosque Irmã Clementina	2008	Irmã Clementina/Belga	Bairro Alto
Bosque do Papa João Paulo II e Memorial Polonês	1980	Comunidade polonesa	Centro Cívico
Bosque Portugal	1994	Povo e cultura portuguesa	Jardim Social
Bosque Prof. Erwin Gröger	2010	Prof. Erwin Gröger/Austríaco	Abranches
Bosque Reinhard Maack	1989	Reinhard Maack/Alemão	Hauer
Bosque São Cristóvão / Bosque Italiano	1990	Imigrantes Italiano	Santa Felicidade
Bosque Zaninelli / Unilivre	1992	Jacques Cousteau/Francês	Pilarzinho
Jardim Botânico	1991	Jardins franceses	Jardim Botânico
Memorial Ucraniano	1995	Centenário da imigração ucraniana	Parque Tingui, São João

Monumento Semeador	1924	João Zaco/Polonês	Centro
Museu de Arte Sacra da Arquidiocese de Curitiba	-	Imigrantes portugueses	Largo da Ordem
Parque da Imigração Japonesa	2012	Centenário da Imigração japonesa no Brasil	Parque Iguazu
Portal Italiano e Memorial da Imigração Italiana	-	Imigração italiana	Santa Felicidade
Praça Gibran Khalil Gibran	1996	Imigrantes árabes	Centro
Praça da Espanha	1955	Colonização espanhola	Bigorriho
Praça da França	-	Imigrantes	Seminário
Praça da Polônia	-	Imigrantes	Campo Largo (Região Metropolitana)
Praça da Ucrânia	1967	Povo ucraniano, Tarás Schevtechenko	Bigorriho
Praça do Japão	1993	Imigração japonesa	Água Verde
Praça Elias Abdo Bittar	1979	Exportador de madeira nascido na Síria	Água Verde
Praça Himeji	1988	Imigração	Mercês
Praça Itália	-	Imigrantes Italianos	Jardim Botânico
Praça Portugal	1994	Presidente de Portugal, Mário Soares	Alto da Glória
Praça Ryu Mizuno	-	Empreendedor japonês, transporte de imigrantes	Jardim das Américas
Praça Santos Dumont	-	Romário Martins, Movimento Paranista	Centro
Praça Tito Schier	-	Seleiro e comerciante	Portão
Praça Tsunessaburo Makiguti	1996	Educador Japonês	Jardim das Américas

Tabela 1. Locais de memória imigrante em Curitiba. Dados obtidos em: CARVALHO, Tatiana Valéria Rogério de. O esquecimento das marcas da presença negra em Curitiba. In: VENTURINI, Maria Cleci; TEIXEIRA, Maria Cláudia (orgs). Anais do 1º Colóquio Museus, arquivos: lugares de memória no/do espaço urbano. Guarapuava, 2016. CARVALHO, T. V. R. O silêncio sobre o negro na construção da identidade de Curitiba: memória e esquecimento. Tese (Doutorado em Letras) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016. Portal da Cidade de Curitiba.

Ao observarmos a capital, percebemos que os locais destacados à memória da população negra não são da década de 1990, todas mais recentes, uma vez que entendemos a força da Lei 10.639/2003 para além dos espaços escolares. Ainda dialogando com Tatiana

Carvalho (2016), percebemos que apesar da Praça Zumbi dos Palmares existir desde 1991 em Curitiba, foi somente em 2010 que o Memorial Africano foi instalado no bairro do Pinheirinho, uma região periférica e afastada da rota turística da cidade.

A Praça Zumbi dos Palmares foi inaugurada em 1991 e, em 2010, ganhou um portal de entrada, o Memorial Africano – um conjunto de pilares com as bandeiras e a localização de cada um dos países da África. Essa praça está localizada na região periférica (bairro Pinheirinho), fora da rota turística curitibana, logo sem visibilidade. Verifica-se que esse lugar, construído na região periférica, não visibiliza a participação do negro na história do Paraná, mas rememora/comemora um líder negro do Quilombo dos Palmares, Zumbi dos Palmares, ou seja, esse lugar ressoa a memória de resistência dos escravos e não a memória da participação do negro na história e formação de Curitiba. (Carvalho, 2016, p. 92)

Embora pouco divulgado, existe em Curitiba um importante circuito de resistência negra crucial para o respeito e valorização da história da população negra. Reconhecer esses espaços é também reconhecer o protagonismo da comunidade negra e a luta antirracista em uma cidade frequentemente associada à influência europeia. Parte desse roteiro é a Praça Zumbi dos Palmares, palco de diversas manifestações artísticas e culturais do povos negros de Curitiba:



Outro espaço significativo é a Praça José Borges Macedo, onde se encontram o Pelourinho e a fonte Água pro Morro. Na fonte Água pro Morro, há uma escultura representando Emerenciana Cardoso Neves, uma mulher negra que simboliza a resistência em Curitiba, retratada subindo o morro com uma lata de água na cabeça. Emerenciana é um ícone da luta das mulheres negras na cidade.



Escultura “Água pro Morro”, de Erbo Stenzel (Fonte: Brasil de Fato, foto de Fabio Orlando Ortolan)

Por outro lado, o Pelourinho é um símbolo histórico de opressão, violência e dominação portuguesa na região, destacando a arbitrariedade enfrentada pela população vulnerável, especialmente a comunidade negra.

Assim como os espaços de luta antirracista na cidade de Curitiba, o quilombo Paiol da Telha, próximo à cidade de Guarapuava, também representa uma batalha pela preservação e pela memória da comunidade negra no Paraná. A área deixada em testamento por Balbina Francisca de Siqueira Cortes, proprietária da fazenda Capão Grande, aos seus treze escravos libertos, é conhecida como Invernada Paiol de Telha. Onde consta:

[...] declaro, que a Invernada denominada do Paiol de Telha, passiva na Fazenda do Capão Grande, e que principia deste Portão até o Rio da Reserva, com as terras de cultura existentes, ficarão pertencendo por meu falecimento a todos os escravos de cima mencionados e as suas famílias para morarem, sem nunca poderem dispor, visto como fica como patrimônio dos mesmos. (MARTINS, 1999, p. 409).

A área deixada em testamento tem sido constantemente contestada por familiares da benfeitora, grileiros, colonos e pelo governo do Estado do Paraná, que busca desapropriá-la devido à presença da imigração alemã na região.

No longínquo ano de 1866 [...] concretizou-se o legado feito pela veneranda Sra. BALBINA FRANCISCA SIQUEIRA, aos seus escravos libertos identificados no respectivo testamento, que atribui aos mesmos ex-escravos, o imóvel em questão [...] Os ex-escravos legatários receberam a terra e ali continuaram residindo, fazendo minúsculas lavouras de milho e feijão, assim garantindo, sua subsistência. (Canavese, 2011, p.10)

Mascarando o racismo, utilizam-se a estrutura via meios legais de se questionar a legalidade da posse do lote pela proprietária e com isso, inviabilizar a herança deixada aos

negros libertos para não garantir a posse da terra as negros. Muitas famílias foram expulsas como relata a senhora Neli Terezinha Santos, 47 anos:

A vida no Fundão era muito boa, tinha festa, reza, trabalho, tinha liberdade. Quando fomos expulsos do Fundão eu já era grande. Depois disso, só tivemos tristeza, é parada em pedacinho de terra, onde não dá pra plantar (...). Fizemos casinha de costaneira e de compensado pra morar. E até hoje, estamos assim, esperando nossa terra.” (Terra de Direitos, 2023)

Diferente da parte que compete à cooperativa, que pertence ao imigrante a área não é fruto de questionamento, pois vivem sob a égide da posse legal imigrante do branco europeu, assim injustamente a utilizam meios legais para legitimar o despejo, as ações truculentas em torno da comunidade, negando acesso à terra há quem de fato tem direito.

Paralelamente aos demais estados brasileiros, o Estado do Paraná aderiu à política do coronelismo, do grande latifundiário, na qual as oligarquias através, de um pacto, promovia negociações políticas locais com as oligarquias estaduais, visando ao estabelecimento de vantagens de ambos os lados. Essa política dos coronéis, significava uma certa influência das famílias tradicionais mais poderosas do local, que ao longo da vida estabeleciam acordos conforme seus interesses, podendo ser econômico, partidário ou ideológico.

No caso de políticos do Estado do Paraná, esse movimento do coronelismo tem se perpetuado, principalmente quanto à questão da hereditariedade. Para exemplificar essa questão o ex-deputado estadual Nereu Moura (2022), escreveu em sua rede social Instagram:

Despeço-me da vida pública com um sentimento de paz e tranquilidade. Combati o bom combate e escrevi uma bela história de minha vida. Para quem nasceu na roça, décimo terceiro filho de uma família de 15 irmãos só tenho que agradecer por todas as oportunidades que tive. Uma caminhada árdua, difícil, mas completamente recheada de garra, idealismo, humanidade, respeito e responsabilidade” (Nereu Moura, 2022)

Por oito mandatos consecutivos o ex-Deputado Nereu Moura, fez parte da vida pública, neste discurso alegou que não participaria da reeleição, por motivos de saúde, porém, a ideia central era a de buscar eleger seu filho o advogado Rafael Moura a Deputado Estadual, porém, não teve êxito, mas ficou na suplência, isso significa que ficou entre os mais votados no Estado. Nota-se que:

[...] seguem certa continuidade e revezamento de longa duração, muitas vezes em algumas poucas famílias políticas, e incorporam sempre novos participantes a cada conjuntura, de modo que cada governo e cada legislatura têm novas e velhas conexões em constante formação e transformação (Felipe, 2018, p.151)

E assim, a questão da hereditariedade faz com que a representatividade política se concentre nas mãos de poucos, impedindo a participação do negro ou do indígena, mas isso ocorre por conta da formação das famílias europeias, que não abre espaço e utiliza-se do poder econômico e influência sobre os demais.

[...] a imagem do paranaense foi constituída , segundo o pensamento de Romário Martins (1995), construíram uma representação do paranaense como sendo a soma das heranças luso-brasileira com o índio romantizado da literatura, eleitos os seus “ancestrais fundadores”. Portanto, nessa “miscigenação positiva do herói português com o índio romântico, o africano seria eloquentemente esquecido. (Felipe, 2018, p.161)

E, politicamente, o negro escravizado não faz parte da família tradicional com isso os políticos dificultavam muito mais a vida do negro relegando-os ao anonimato, por via legal, que chamamos de racismo estrutural, ou seja, todo processo leva o negro à restrição de oportunidade. Dentre as dificuldades do negro imposta por força de lei, uma delas foi a Lei de Terras, de 1850, cujo “Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra”, essa ação pública incentivava o imigrante no apoio e financiamento na compra de terras, uma vez que o escravo não tendo dinheiro não obteria terras para poder tornarem-se proprietários, pois o sistema escravista não remunerava o trabalho escravo. Com isso o imigrante poderia prover a grande ou pequena lavoura da mão de obra necessária.

Uma vez não podendo comprar terras, os negros escravizados, o libertos e outros serviriam de mão de obra aos novos donos, ou seja, na marginalidade do sistema excludente. O governador do Estado do Paraná, Caetano Munhoz da Rocha utilizando-se da Lei de Terras visando a concessão de terras a particulares e colonizar o Estado:

[...] a formulação de uma política de colonização e de instalação de núcleos coloniais, particulares e oficiais. O governo do Estado editou, em 11 de junho de 1907, o Decreto No. 218, estabelecendo as “Bases regulamentares para o serviço de colonização no Estado do Paraná”, enfatizando a questão da formação dos núcleos coloniais fundados por particulares. O governo entregava ao concessionário uma gleba de terra, não cabendo a este despesa alguma até a formação da colônia. Esse tipo de colonização consistia “na criação de núcleos coloniais destinados a imigrantes estrangeiros”. No entanto, o Decreto No. 218 proporcionava a possibilidade para as iniciativas de instalar núcleos coloniais de brasileiros. A exigência estabelecida pelo governo, tanto para estrangeiros como para nacionais, era que os colonos tivessem “boa conduta e dedicação ao trabalho e à família” . Os núcleos coloniais deveriam ser instalados em terras férteis e em regiões de fácil escoamento da produção agrícola. (Priori, 2012, p. 136)

Infelizmente o racismo estrutural, mascarado e mantido pelas elites políticas do Estado do Paraná é de esquecimento da história da população negra e de toda a sua contribuição nos trabalhos realizados como: na lavoura de cana-de-açúcar, no café, na erva-mate, nas charqueadas, na extração de ouro, nos trabalhos domésticos e no movimento das tropas. Ao mesmo tempo que promove o esquecimento desse grupo político familiar hereditário, cria-se uma política que dá voz às narrativas de branqueamento da população deixando de lado políticas que visem estabelecer a igualdade e a dignidade da população negra.

O grau de parentesco na política ainda é muito presente, um verdadeiro esquema de poder político que não se restringe apenas ao econômico, mas também ao judiciário, praticamente um leque que mantêm suas posições de poder e privilégios políticos via indicações a cargos públicos, dentre outros. E essa estrutura de poder está sempre se renovando, por meios hereditários. Veremos o exemplo destacado por Ricardo Costa de Oliveira da elite oligárquica paranaense:

Ney Braga seria uma das mais importantes lideranças políticas do Paraná da segunda metade do século XX, destacando-se na ocupação de cargos municipais, estaduais e federais. Ney Braga começou na política com o apoio do então cunhado, o Governador Bento Munhoz da Rocha Neto, que era filho e genro de governadores do Paraná. Ney Braga foi chefe de polícia, prefeito de Curitiba, deputado federal, governador do Paraná e Ministro da Agricultura e Educação. Foi formador e organizador de um grande grupo político, pelo qual passa ou no qual boa parte da elite política inicia-se na vida política, administrativa e governamental do Paraná. Como muitos chefes do poder executivo paranaense, ele mesmo, um produto social de velhas famílias tradicionais na política paranaense desde o período colonial, representava a modernização conservadora das elites tradicionais paranaenses (Oliveira, 2007, p.153-154)

Nota-se uma certa facilidade e um certo conservadorismo político exacerbado na escolha dos representantes, principalmente por parte das famílias tradicionais, no caso do Estado do Paraná os descendentes de imigrantes, pois eles souberam aproveitar o espaço e estabeleceram uma rede de relações pessoais e familiares, entre os membros.

Embora o país tenha uma sistema democrático representativo, politicamente na prática vivencia-se um sistema oligárquico e familiar que defende os interesses do grupo que representa, então é comum vermos candidatos representantes da indústria, do comércio, dos bancos, dos sindicatos, das igrejas, quando na verdade todos deveriam ser defensores do povo em geral. E, exemplificando esse sistema oligárquico no Paraná, temos o Deputado Federal Dilceu Sperafico, eleito como representante do setor agropecuário que concorreu a cargo eletivo pela 1ª vez em 1994, elegendose deputado federal, com 57.157 votos e em 2022 foi

eleito com 61.689 votos, representando o setor agropecuarista. O grupo familiar Sperafico Agroindustrial a qual o deputado faz parte possui dívidas com a União e isso reforça a ideia de que a política está sendo feita para privilegiar grupos.

Conforme a tabela abaixo veremos outro grupo familiar tradicional do Paraná que é a Família Barros e a Família Borghetti, que possuem forte influência política no Estado.

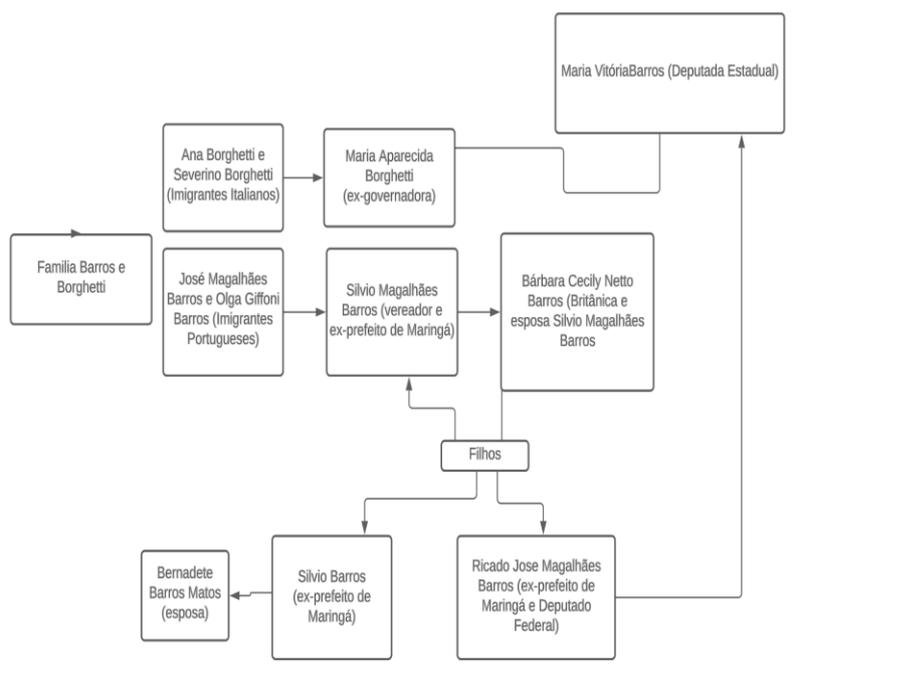


Figura 1. Organograma das famílias Barros e Borghetti na estrutura de poder político no Paraná. Fonte: Elaborado pela autora (2024)

A Família Barros atua no ramo político desde 1960, quando o então patriarca Silvio Magalhães Barros iniciou na vida pública como suplente de vereador, dando sequência pelos filhos Silvio Barros e Ricardo Barros, que atuam no cenário político mantendo uma base política fortalecida pela aliança com representantes municipais. Essa prática representada pelas oligarquias dominantes, antes esse sistemas eram representados pelos coronéis que se uniam para melhorias na região, hoje são representados pelas elites que têm interesses em controlar a economia em benefício próprio. Já a Família Borghetti descendentes de imigrantes italianos da cidade de Caçador, Santa Catarina são empresários, no setor político atua por parte da filha Cida Borghetti, esposa do Deputado Federal Ricardo Barros.

Esse êxito dessa estrutura política familiar é garantida de tempos em tempos, ou seja, frequentemente em visitas ao reduto eleitoral para fazerem-se presentes e não cair no esquecimento. Nessas visitas normalmente levam alguma obra ou benefício para a cidade

local como reformas em hospitais, obras asfálticas, escolas entre outros, para com isso garantir seu espaço na política local entre os eleitores. Uma peculiaridade da Família Barros é que enquanto representantes políticos iniciaram suas ações como chefes locais, ou seja, prefeitos, particularmente da cidade de Maringá, para alçar as esferas estaduais e federais e assim, manter a estrutura política e econômica por mais tempo.

Em se tratando de manter-se no poder, há de se observar a infinidade de alianças partidárias; essas alianças também são características da política dos governadores, como a troca de favores. Um exemplo dessa prática foi a indicação da ex-governadora Maria Aparecida Borghetti para atuar como conselheira da Itaipu Binacional até maio de 2024, cargo este indicado pelo ex-presidente Jair Messias Bolsonaro. Já a filha Maria Victória Barros atualmente está no segundo mandato de deputada estadual e, é nova geração de políticos originária das famílias tradicionais na política sendo fruto da nova geração da velha oligarquia política

Essa prática do coronelismo se fortaleceu com o fim da escravidão, cujas famílias tradicionais constituíram fortunas em propriedades de terras mantendo nelas muitos trabalhadores assalariados e analfabetos que votavam nos candidatos indicados pelo proprietário (popularmente tratado como coronel, mesmo sem ter uma patente militar atribuída), atualmente os eleitores não são colonos, mas sim trabalhadores urbanos assalariados, alfabetizados e desinteressados da vida política que mantêm o regime representativo nas mãos de poucos, que não tem interesse em mudar a estrutura política e social do país.

E assim, a grande maioria da população não tem representantes no meio político porque elegeram o representante do comércio, da indústria, da agricultura, dos bancários e, não apoiaram o seu representante devido às condições econômicas, a falta de influência e apoio. Diante desse quadro desigual os políticos eleitos normalmente são representantes da classe dominante e por isso, vivemos numa sociedade extremamente injusta, desigual, preconceituosa e racista.

Com a estrutura criada com a prática oligárquica, criou-se mecanismos que dificulta a participação política da população negra no cenário político, pois vemos na hereditariedade um elo que dificulta a inserção de outros grupos no campo político, com isso a população negra marginalizada e excluída tem mais dificuldade de participar politicamente. Portanto, é crucial reconhecer e valorizar a contribuição dos negros para a formação e o desenvolvimento do Paraná, desafiando o discurso hegemônico que marginaliza sua presença na história estadual. Promover uma narrativa mais inclusiva e precisa é fundamental para uma

compreensão mais completa e justa do passado do Paraná e para construir uma sociedade mais igualitária e respeitosa com sua diversidade étnica e cultural.

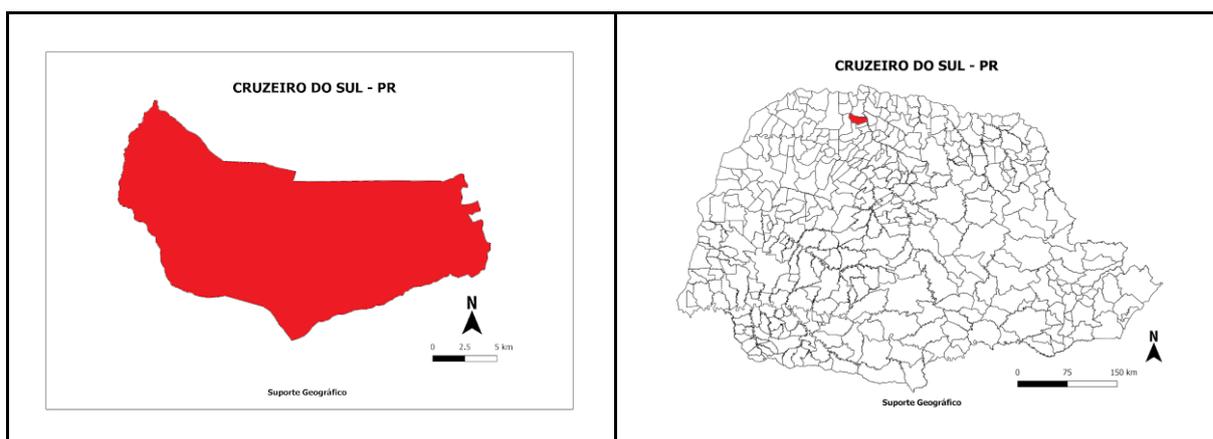
Diante da historiografia paranaense que historicamente negou o reconhecimento da população negra como parte integral do processo de formação da identidade paranaense, foi evidente que o racismo institucional imperou na prática, frequentemente mascarado pela ideia de miscigenação e pela construção de uma falsa identidade paranaense moldada por padrões europeus. A Lei 10.639/2003 foi essencial para desconstruir essa narrativa, introduzindo uma educação consciente que trouxe à tona dados reais na historiografia oficial do estado, reconhecendo a significativa contribuição da mão de obra negra no processo de formação da identidade paranaense.

No terceiro capítulo, abordaremos o estudo das eleições municipais, destacando a importância crucial da participação política da população negra. Além disso, enfocaremos importantes representantes negros que se destacaram na sociedade paranaense, merecendo ser lembrados e valorizados como cidadãos de pleno direito.

## CAPÍTULO III - ESTUDO DAS MUNICIPALIDADES E REPRESENTATIVIDADES NEGRAS PARANAENSE

Durante as aulas de história ministradas pela professora Luciana Mateus aos alunos da terceira série do Ensino Médio no Colégio Estadual Dr. Romário Martins, no município de Cruzeiro Sul, PR, foi abordado o tema "Oligarquia no Poder". Os alunos puderam compreender que se tratava de um sistema político no qual o controle político era exercido por famílias poderosas com grande influência local. Durante essa aula, os alunos conseguiram estabelecer uma conexão crítica de que esse poder centralizado nas mãos de uma elite política dominante significava que a maioria da população, especialmente a população negra, vivia sob o domínio político desses líderes locais, frequentemente referidos como "coronéis", os quais eram respaldados por estruturas legais que os protegiam. Em contraste, a população negra não se inseriu nessa ordem econômica, social e política, denominada sistema oligárquico.

Dando início à memória local, segue o aspecto geográfico do município de Cruzeiro do Sul, PR:



Disponível em: <https://suportegeografico77.blogspot.com/2019/08/mapa-de-cruzeiro-do-sul-pr.html> acesso em 28/05/2024



Disponível em: <https://www.paranaturismo.com.br/cruzeiro-do-sul/> acesso em 28/05/2024

O município de Cruzeiro do Sul está localizado na região Noroeste do Estado do Paraná e sua área territorial corresponde a 259,1Km<sup>2</sup>, com 31,757 Km<sup>2</sup> em sua área urbana e 229,243 Km<sup>2</sup> na zona rural. Como a maioria dos municípios da região norte do estado, a cidade foi constituída da Gleba Companhia Melhoramentos Norte do Paraná em 1950. Devido a fertilidade do solo, a cidade se desenvolveu com a lavoura café muito forte, com isso atraiu a vinda de muitas famílias para a região.

Com a Lei nº 029/52, Cruzeiro do Sul foi elevada à categoria de Distrito, pertencendo ao município de Nova Esperança. A forte influência da agricultura e do desenvolvimento local contribuiu para que o Distrito de Cruzeiro do Sul fosse elevado à categoria de município em 26 de dezembro de 1955, em conformidade com a Lei nº 2.548/55, cuja instalação aconteceu no dia 14 de dezembro de 1956.

De acordo com os dados realizados pelo censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), realizado em 2022, o município conta com uma população de 4.494 (quatro mil, quatrocentos e noventa e quatro) pessoas. Grande parte da economia do município está concentrada em pequenas propriedades rurais que se destacam na diversificação da produção agropecuária.

Conforme dados das eleições municipais, a cidade de Cruzeiro do Sul possui uma população votante de 3.278 pessoas, conforme o site do TRE (Tribunal Regional Eleitoral). Para o pleito municipal de 2020, dentre os 9 vereadores eleitos apenas um se autodeclarou ser negro, Milton Monteiro, eleito para o segundo mandato de vereador com 135 voto.

Dando continuidade ao trabalho, o Colégio Estadual Dr. Romário Martins, situado na Rua Vereador Jair de Carvalho, 613, na área urbana da municipalidade de Cruzeiro do Sul-PR, conforme as imagens abaixo:



Figura 1. Fachada do prédio do Colégio Estadual Dr. Romário Martins - Fonte: Acervo de fotos do colégio

Figura 2. Vista aérea do campo suíço do Colégio Estadual Dr. Romário Martins - Fonte: Acervo de fotos do colégio

Figura 3 e 4 - Pátio principal utilizado para atividades recreativas e acolhidas dos alunos - Fonte: Acervo de fotos do colégio

Figura 5 - Galeria história dos diretores que atuaram no Colégio Romário - Fonte: Acervo de fotos do colégio

Figura 6 - Alunos jogando xadrez no pátio do colégio - Fonte: Acervo de fotos do colégio

O Colégio Romário foi oficialmente criado no dia 9 de setembro de 1955, através do decreto nº 18.923 DOE 13/09/1955 inaugurando o Complexo Escolar Cruzeiro do Sul - Ensino de Primeiro Grau, no município de Cruzeiro do Sul, resultante de uma organização do Ginásio Estadual Émile Durkheim e Grupo Escolar Dr. Romário Martins. Como prédio de alvenaria, que é a atual estrutura, foi inaugurado em 22 de maio de 1955. Enquanto denominação de Colégio Estadual Dr. Romário Martins - Ensino de 1º e 2º grau ocorreu no ano de 1983, quando então separa educação estadual e municipal bem como suas respectivas responsabilidades.

O Colégio Estadual Dr. Romário Martins - Ensino Médio até o ano de 2022 funcionava em dualidade com a Escola Municipal Professor Flávio Sarrão, quando então por

determinação do governo do estado realizou a separação dessas duas instituições para promover a unificação das duas escolas estaduais do município a Escola Estadual Eurides Cavalcanti Tenório - EF com o Colégio Estadual Dr. Romário Martins - EM. Ficando uma única instituição de ensino estadual no município, o Colégio Estadual Dr. Romário Martins - EFM, para atendimento dos alunos na modalidade regular de ensino de tempo integral.

O colégio atende 295 alunos matriculados, em tempo integral, sendo 189 alunos ensino fundamental e 106 ensino médio, na qual os alunos desenvolvem atividades voltadas para a educação e a qualidade de vida e que tem um garantido um ganho significativo na vida dos estudantes do Colégio Romário, pois muitos realizam as refeições no colégio que não tem em casa e, isso representa um impacto significativo no processo de ensino aprendizagem.

Dando continuidade à aula de história para os alunos da terceira série, o tema abordado foi o Coronelismo e a Política dos Governadores. O objetivo é conscientizar os alunos de que essa prática política visava manter no poder um grupo de pessoas com objetivos comuns, o que limitava e restringia a participação política daqueles que não compartilhavam das mesmas ideias, gerando desigualdade e exclusão.

Assim, durante a apresentação do gráfico representativo sobre o poder de mando político, citado como exemplo a Família Barros, gerou em torno do mesmo uma indignação e ao mesmo tempo surgiu um questionamento a saber, onde se encontra politicamente a população negra paranaense? Aproveitando-se desse momento de indignação dos alunos foi proposto aos alunos o estudo das municipalidades paranaenses, prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, visando identificar, via redes sociais e meios digitais, as características fenotípicas (aparência física) de uma pessoa negra, observando os seguintes aspectos: cor da pele, cabelo crespo ou ondulado, boca com formato característico, formato do crânio e determinadas proporções faciais (nariz, olhos e orelhas), porque para identificar um negro não precisa de documentos oficiais como identidade e certidão de nascimento; as pessoas olham e classificam diretamente pelo fenotípico da população negra.

Na fase inicial, do trabalho concentramos os esforços num diálogo aberto com os alunos para que eles pudessem compreender que o processo de formação do Estado do Paraná embora exclua a população negra, existem muitos uma representatividade ativa que tem lutado constantemente para romper com a política familiar tradicional do estado. Diante disso, montou-se os grupos para acompanhar as eleições municipais de 2020, ou seja, cada estudante acompanharia um município nesse período eleitoral. No Segundo momento os alunos

acompanharam o resultado do pleito eleitoral, para deputado estadual e federal do estado do Paraná, quanto à representatividade negra.

Com os grupos de alunos definidos, para pesquisar os 399 (trezentos e noventa e nove) municípios, dentre eles os prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, a pesquisa aconteceu no laboratório de informática do colégio, e tinha como objetivo especificamente na observação de imagens para definir o fenótipo do político eleito, se preto, branco ou pardo. Partiram do princípio do fenótipo que cada um via na foto do site das prefeituras e câmaras de vereadores, mas principalmente, pela verificação da biografia pessoal de cada um no site do TRE (Tribunal Regional Eleitoral), no qual consta a ficha política de cada candidato, a autodeclaração, essa de suma importância, visto que muitas pessoas ainda têm receio ou vergonha de se declarar negro.

Coletados os dados foram montados os gráficos. O primeiro grupo de alunos apresentou o seguinte gráfico sobre as eleições municipais de 2020 para prefeitos. Segue:



**ANEXO I - PREFEITOS ELEITOS EM 2020**

De acordo com os gráfico acima, dos 399 prefeitos pesquisados, percebe-se uma desigualdade muito grande de acesso ao poder entre brancos e negros, e quem perde com isso é a maioria da população que é governada por uma minoria branca que não quer mudança na estrutura social. No gráfico apenas 1 (um) prefeito se autodeclarou negro, o Sr. Aduino

Aparecido Mandu, de Lidianópolis, que disse: “Não tenho vergonha da minha cor, é a realidade. Não podemos ficar escondendo a cor da pele, achar que isso é um problema. Precisamos acreditar em nós mesmos e irmos atrás dos nossos objetivos. Somos todos iguais” (Cordeiro, 2020).

Esse baixo índice de prefeitos eleitos é histórico, fruto de um processo injusto da desigualdade racial política que privilegia poucos. Essa falta de representatividade acarreta prejuízo para a população negra. Quando se há uma comparação entre brancos e negros, como essa pesquisa, é que percebemos o quanto mínimo é a falta de representatividade do negro.

Em entrevista ao G1, o prefeito Aduino Mandu relata ter sofrido preconceito e discriminação racial pela cor:

“Mandu lembra que foi chamado de macaco por um policial durante um evento esportivo (...) “Um dia fui dirigindo o carro da prefeitura até uma obra e o secretário municipal de Agricultura, que é branco, estava ao meu lado. Chegamos lá e uma pessoa achou que eu era o motorista da prefeitura. Em outra ocasião, em um evento do partido, fui confundido como segurança. Essas situações levo na esportiva” (Cordeiro, 2020)

Esse fato ocorrido com o prefeito Aduino tornou-se uma prática comum na sociedade brasileira, tanto no meio político, como em outros setores, prática essa que visa desfavorecer a pessoa pela cor da pele; dizemos ser uma prática comum, pois a colonização europeia regulou e condicionou o comportamento dos cidadãos a agirem de forma racista.

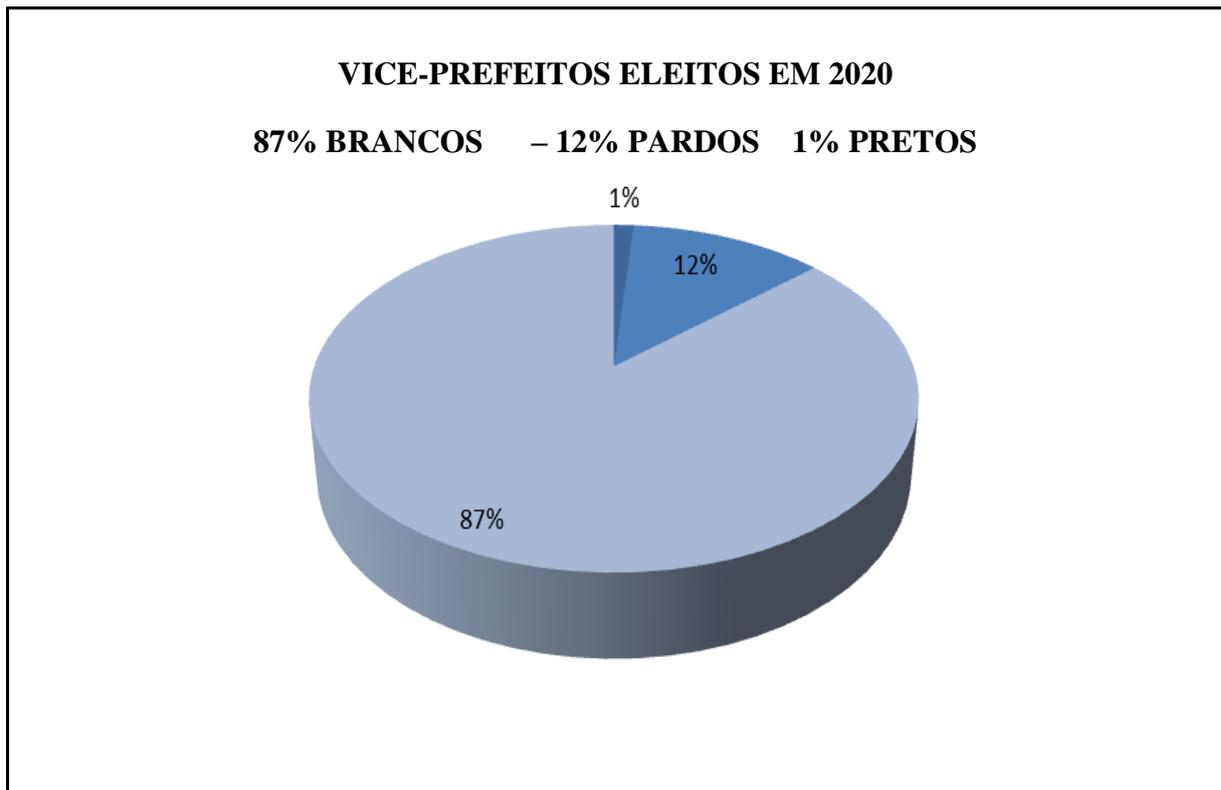
Dos 7% (sete por cento), que representa um total de 29 (vinte e nove) prefeitos, se declararam pardos e os demais 93% (noventa e três por cento), o que representa um total de 369 (trezentos e sessenta e nove) declarados brancos). É claro que os sete por cento significam um aumento muito grande, porém vale ressaltar e talvez até questionar se esse “pardo”, será por vergonha de se declarar negro, por toda carga negativa e preconceituosa que vem junto.

O pardo, de fato, é utilizado muitas vezes no sentido de negação da existência da raça negra. A miscigenação levou a esse conceito, porém em muitos casos nega a identidade racial do negro e do indígena. E, destes 93% (noventa e três) por cento de prefeitos autodeclarados brancos, podemos compreender que politicamente há uma superioridade na quantidade de prefeitos eleitos brancos, permanecendo a visão de superioridade da raça branca e a inferioridade da raça negra no poder de atuação política.

Se considerarmos os dados comparativos sobre a representatividade de políticos autodeclarados pretos em exercício de mandato nos anos de 2016 e 2020, divididos por cargos de vereadores, prefeitos e vice-prefeitos. Observa-se um aumento significativo no número de

vereadores pretos, passando de 111 em 2016 para 141 em 2020. Em contrapartida, o número de prefeitos pretos diminuiu de 5 para 1 no mesmo período. Já a quantidade de vice-prefeitos pretos apresentou uma leve variação, aumentando de 4 em 2016 para 5 em 2020. Esses dados indicam uma evolução na representatividade negra em cargos legislativos municipais, apesar de uma redução na ocupação de cargos executivos de maior destaque, como o de prefeito.

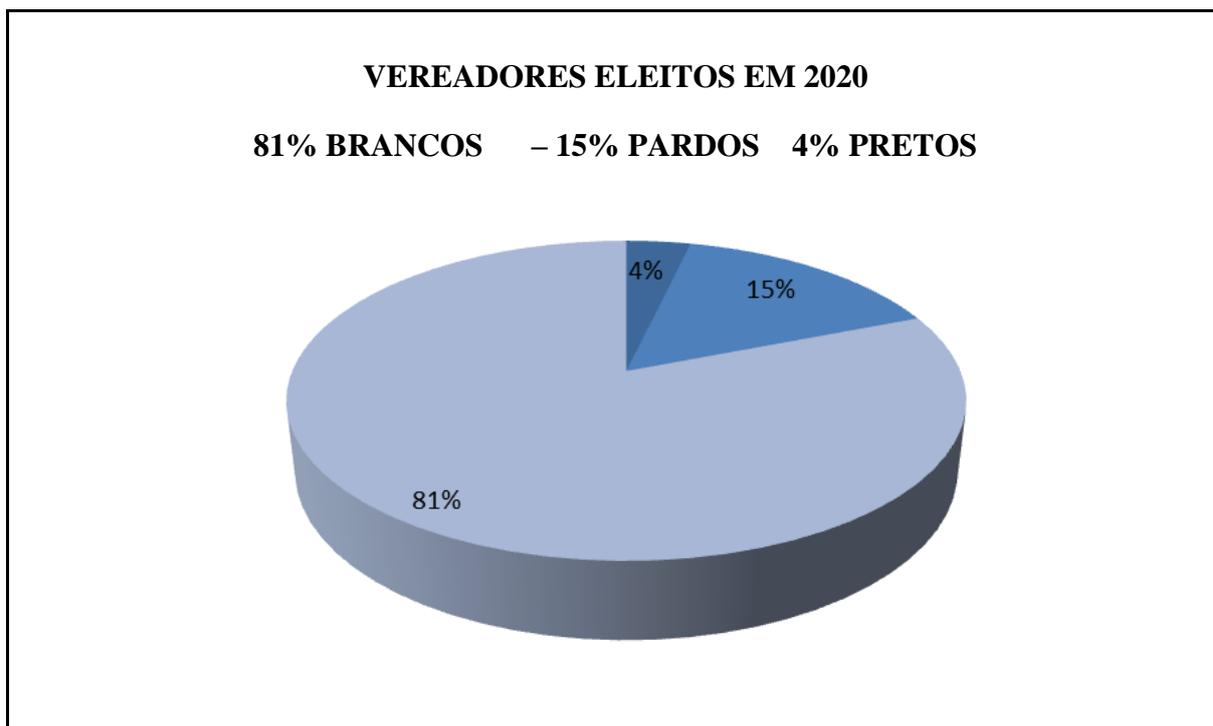
Quanto a pesquisa para vice-prefeito o segundo grupo de alunos apurou o seguinte resultado:



**ANEXO II - VICE-PREFEITOS ELEITOS 2020**

O gráfico acima apresenta uma diferença significativa em relação a autodeclaração de candidatos negros, sendo 1% (um por cento), que representa 5 vice-prefeitos autodeclarados negros, 12% (doze por cento) que representa 49 (quarenta e nove) vice-prefeitos pardos e 87% (oitenta e sete por cento) que corresponde a 345 (trezentos e quarenta e cinco) autodeclarados brancos). Aos poucos a população toma consciência da necessidade de ocupar espaço nos cargos públicos para lutar por direitos iguais em pé de igualdade.

O terceiro grupo analisou o vereadores eleitos e apresentaram o seguinte gráfico:



### ANEXO III - VEREADORES ELEITOS EM 2020

De acordo com o gráfico apresentados, com o estudo para o cargo de vereador, nota-se que há um maior número de políticos autodeclarados, mas que há um quadro desigual de acesso quando se pensa em poder majoritário, no caso a prefeito não chegou a pontuar percentual, permanecendo a disparidade muito grande de acesso ao poder entre brancos e negros, e quem perde com isso é a maioria da população que é governada por uma minoria branca que não quer mudança na estrutura social.

Os alunos, de posse do resultado do gráfico, perceberam o quanto a representatividade política do Estado do Paraná, no caso dos Prefeitos, vice-prefeitos e vereadores há um certo conservadorismo em eleger pessoas brancas para cargos políticos. E, comentaram que além do conservadorismo há as compras de votos, fruto de uma estrutura oligárquica para manter-se no poder.

Para uma melhor compreensão, os alunos, ao longo da pesquisa, perceberam que a inserção da população negra nos espaços políticos de poder é uma verdadeira manifestação de reparação histórica. Esse processo não apenas simboliza a correção de injustiças passadas, mas também promove uma mudança estrutural na sociedade contemporânea. A representação

negra em cargos de poder permite que questões específicas da comunidade negra sejam discutidas e abordadas de maneira eficaz, garantindo que as políticas públicas reflitam a diversidade da população e promovam a inclusão.

A presença de negros em posições políticas é crucial para desafiar e transformar as estruturas de poder que historicamente marginalizaram e oprimiram essa população. Políticos negros podem trazer perspectivas únicas e experiências vividas que enriquecem o debate político e contribuem para a formulação de políticas mais justas e equitativas. Além disso, a visibilidade de líderes negros inspira as gerações mais jovens, mostrando que é possível superar barreiras e alcançar posições de influência.

Os alunos, em nosso entendimento, compreenderam que a luta pela inserção de negros na política não é apenas sobre representatividade, mas também sobre a implementação de políticas que promovam igualdade, equidade e respeito. Eles reconheceram que a presença negra é vital para construir uma sociedade onde todos tenham oportunidades iguais e onde a diversidade seja valorizada. A ocupação desses espaços por negros é uma afirmação de que seu lugar é em todos os setores da sociedade, participando ativamente na construção de um futuro mais justo e inclusivo.

Além disso, essa inserção é uma forma de fortalecer a democracia, pois uma democracia verdadeira é aquela que representa a totalidade de sua população. Quando a diversidade é refletida nos espaços de poder, a sociedade como um todo se beneficia de uma maior justiça social, redução das desigualdades e promoção de direitos humanos. Portanto, a ocupação dos espaços políticos pela população negra é um passo essencial para a reparação histórica e para o avanço de uma sociedade mais justa e igualitária. Entusiasmados, decidiram dar visibilidade a representatividade da população negra paranaense e aproveitar o dons artísticos dos colegas de turma, os alunos sugeriram que utilizassem a Semana da Consciência Negra para retratar a representatividade negra paranaense no grafite, pois no Colégio Romário as atividades realizadas pelos alunos são apresentadas para a comunidade escolar.

Durante a aula visando construir a pesquisa bibliográfica da memória da população negra paranaense, os alunos fizeram a pesquisa no laboratório de informática do colégio, onde foram em busca da representatividade negra paranaense, na qual encontraram uma certa dificuldade por existirem poucos materiais disponíveis na internet para montarem o mural, dentre as representatividades da população negra paranaense temos: Ana Carolina Dartora, Renato de Almeida Freitas Júnior, Michele Mara, Marcela Souza Cruz, Fernando Luiz Roza, Enedina Alves Marques e Maria Nicolas.

Nas aulas seguintes de história o trabalho foi pautado na pesquisa e na produção textual dos alunos com a arte retratada no lápis grafite, arte essa que buscaram mostrar a fidelidade das pessoas em sua aparência. As alunas captaram cada gesto, emoção, sorriso e minuciosamente detalhadamente os traços do olhar do artista, no caso as alunas.

Os trabalhos das alunas foram apresentados na feira cultural do Colégio Romário, feira essa que acontece anualmente no mês da Consciência Negra, nesta feira todos os trabalhos produzidos ao longo do ano relacionado ao combate ao racismo, sexismo, violências, artesanato, cartazes, faixas e danças são apresentados a comunidade para que os participantes da comunidade percebam a riqueza de trabalhos e conscientizem da necessidade de falar e expor as diferentes culturas.

Diante das representatividades paranaense retratadas, muito importante para os participantes da feira conhecer a história e a grandeza e trajetória histórica da luta de cada um e poder sentir a necessidade de mudança de atitudes através da arte. Dentre as representatividades retratadas está a professora e ex-vereadora Ana Carolina Moura Melo Dartora, hoje Deputada Federal.



Ilustração 1 - Ana Carolina Moura Melo: Produzida pela estudante Júlia Bento – Novembro de 2023

A vereadora Ana Carolina Dartora, negra, mulher e professora, é a primeira mulher negra eleita para um cargo público, na Câmara de Curitiba, capital do Paraná e, a primeira deputada federal negra eleita pelo Estado do Paraná. Curitiba é considerada uma cidade branca estilo europeu, porém branca somente no centro político a grande maioria é negra, mas a população em sua minoria promove a segregação racial. E, desde que foi eleita, a vereadora Carol Dartora passou a sofrer constantes ataques racistas, incluindo ameaças de morte.

Na mensagem:

Enquanto você ganha um salário de vereadora apenas por ser uma macaca, eu estou desempregado, minha esposa está com câncer de mama e estamos vivendo de auxílio emergencial. Eu juro, mas eu juro que vou comprar uma pistola 9mm no morro do Engenho, aqui no Rio de Janeiro e uma passagem só de ida para Curitiba e vou te matar. Eu já tenho todos os seus dados e vou aparecer aí na sua casa, enviou o suspeito ... (Santiago, 2020)

Esse ódio generalizado é uma manifestação do que chamamos de racismo estrutural, um fenômeno que se revela de maneira "natural" e aberta na sociedade. Esse tipo de racismo se manifesta de várias formas, desde ameaças explícitas de morte, como no caso da vereadora Carol, até piadas, trocadilhos "inocentes", comentários depreciativos e outras atitudes racistas e preconceituosas que, na realidade, não têm nada de natural.

O racismo estrutural é profundamente enraizado nas instituições, normas sociais e comportamentos cotidianos. Ele perpetua desigualdades ao normalizar o desrespeito e a desumanização de pessoas com base na cor da pele. Essas manifestações de ódio não são incidentes isolados; elas fazem parte de um sistema maior que mantém o privilégio de alguns grupos enquanto marginaliza outros.

Para combater essa prática perniciosa, é essencial que haja uma representação significativa de pessoas negras e outros grupos historicamente marginalizados em cargos públicos. Somente assim será possível criar leis e mecanismos eficazes de defesa para proteger essa maioria da população. A presença de vozes diversas nas esferas de poder contribui para a formulação de políticas públicas mais justas e inclusivas, que reconheçam e enfrentem as raízes profundas do racismo estrutural.

A falta de representatividade da população negra do Estado do Paraná é fruto da falta de política de incentivo e participação nos espaços de poder, segundo Carolina em entrevista ao G1:

Sou preta, retinta, nasci aqui [Curitiba] e nunca me vi em nada. [...] Eu cresci assistindo televisão e vi a Xuxa fazer recrutamento de paquitas com critérios de ser loira dos cabelos lisos, olhos verdes ou azuis. Automaticamente eu descobri que jamais poderia ser aquilo. Essa invisibilidade, essa falta de representatividade, ela cria um vazio na alma, dificuldades para que a gente consiga ter uma autoestima consolidada e positiva, porque... onde a gente se vê? (Hammes, 2022)

Embora haja uma diversidade, a população negra ainda é minimamente pouco representada, seja na política, nos meios de comunicação ou ainda nas universidades. A população negra quer se ver representada na sociedade, ter representatividade significa força e apoio para combater o preconceito e racismo que a população negra sofre simplesmente por ser negra. A contagem do último censo indica que, de uma população total de 11,44 milhões de pessoas no Paraná, 7,38 milhões se identificam como brancas, 3,44 milhões como pardas, 485 mil como pretas, 100 mil como amarelas e 28 mil como indígenas. Os dados mostram um aumento nos números absolutos para todas as categorias, exceto para as pessoas autodeclaradas amarelas.

No Estado do Paraná a luta pela representatividade é maior por conta do racismo institucional, a população negra tem lutado constantemente pelo reconhecimento e a inclusão e ver a atuação da deputada federal Ana Carolina cujas pautas voltadas para a realidade social em defesa das minorias, raça e gênero que luta constantemente para combater a injustiça, faz com que a população negra se sinta representada.

Outro exemplo recente, também de Curitiba, é o caso do ex-vereador Renato de Almeida Freitas Júnior que ganhou notoriedade nacional por participar de um protesto de repúdio ao assassinato do congolês Moïse Kabamgabe e de Durval Teófilo Filho. Renato filho de uma retirante da cidade paraibana Princesa Isabel, vivenciou uma infância extrema marcada pela violência, o trabalho infantil, o uso de entorpecentes e a falta de saneamento básico.

Renato de Freitas é graduado e mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Com uma sólida formação acadêmica, ele é pesquisador nas áreas de Direito Penal, Criminologia e Sociologia da Violência, tendo acumulado experiência significativa na Defensoria Pública do Estado do Paraná. Além de sua trajetória como professor universitário e advogado popular, ele mantém vínculos estreitos com seus amigos de infância e juventude.

A prioridade do seu mandato é a educação, pois ele acredita no seu poder transformador na sociedade, beneficiando a todos. Ele é um grande incentivador da participação política, como refletido pelo seu lema de campanha em 2020: 'Um de nós lá,

somos todos nós lá'. Além disso, é um defensor incansável da segurança e moradia. Freitas argumenta que, sem a participação e representatividade da população negra, não é possível romper com as estruturas de uma sociedade ainda marcada pelo racismo.



Ilustração 2 - Renato de Freitas: Produzido pela estudante Geovana Cabreira - Novembro de 2023

Durante o protesto antirracista, Renato foi acusado de invadir a Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos em fevereiro de 2022, durante a celebração da missa. O caso foi destaque em todos os noticiários, de forma negativa. Naquela ocasião, Renato de Freitas foi amplamente criticado e condenado por diversas figuras e grupos, incluindo o pároco e outros sacerdotes, políticos, comerciantes, empresários e uma militância radical, simplesmente por ter ingressado em um espaço público junto a outros manifestantes em defesa da vida. Esse ato resultou em uma perseguição velada contra ele, culminando no processo de cassação de seu mandato.

O que é contraditório nesse contexto é o fato da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos ter sido construída por escravizados e que deveria estar de portas abertas para acolher a população negra, não ouviu a voz dos excluídos, apenas condenou. Vemos em muitos casos, uma igreja omissa frente aos apelos dos oprimidos. Essa posição da igreja lembra o processo de colonização do Brasil, e assim:

Na medida que a Igreja se institucionaliza, em que suas doutrinas se moralizam, suas instâncias se hierarquizam e seus fiéis se disciplinam, nessa mesma medida torna-se mais difícil resolver o paradoxo paulino. Criam-se desvios. (KOSELLECK, 2006, p.209)

Desvios esses que colocam em oposição, de um lado todos os homens, do outro, libertados por Cristo, que incansavelmente precisam lutar para igualdade de direitos, percebe-se nesse contexto que constantemente temos sempre um grupo a ser superado e o de dominar o outro. Nesse conceito que surgem as elites políticas dominantes, criando mecanismos em forma de lei para impedir o acesso do outro, nesse caso do acesso ao negro nos meios políticos.

Exemplo dessa luta, e um dos poucos que veio publicamente em defesa do ex-vereador Renato, foi o padre Júlio Renato Lancellotti, que em uma celebração defendeu o ato e a postura adotada pelo ex-vereador Renato de Freitas.

Segundo Lancellotti, o vereador estava do lado certo. “Quem profana a vida é quem mata os negros, os pobres, os povos indígenas, o santuário de Deus é o corpo é a vida, o santuário de Deus não é o Prédio. Saudação a todos que pisam em toda forma de opressão, que pisam em toda forma de maldade e de injustiça, pra tirá-la do caminho, para que aqueles que destroem a vida, mudem a forma de viver, mudem a forma de agir, pra que todos sejamos irmãos uns dos outros e que ninguém oprima, que ninguém discrimine. (Galindo, 2022)

É imprescindível e necessário que haja a inclusão dos negros em todas as esferas de poder, para que não existam privilégios decorrentes da cor da pele, do poder econômico ou de laços familiares; somente dessa forma poderemos alcançar uma sociedade justa, pautada na igualdade e na equidade. Ademais, é de suma importância estimular as novas gerações a se engajarem nas decisões políticas. Como versam as palavras da canção "Pra Não Dizer que Não Falei das Flores", de Geraldo Vandré: "Vem, vamos embora, que esperar não é saber, Quem sabe faz a hora, não espera acontecer." Participar não é apenas eleger, mas também fazer valer os direitos de fato.

Concomitantemente, se faz crucial reconhecer e valorizar o protagonismo da pessoa negra na construção da nossa sociedade. Historicamente, a contribuição dos negros tem sido subestimada ou apagada dos registros oficiais, perpetuando narrativas que marginalizam sua importância e influência. O protagonismo negro não se resume apenas à presença em cargos de poder, mas também à valorização de sua cultura, história e experiências. Reconhecer e promover líderes negros em diversos setores, desde a política até as artes e a ciência, é essencial para corrigir distorções históricas e construir um futuro mais inclusivo e representativo. Além disso, a visibilidade de pessoas negras em posições de destaque serve como inspiração e modelo para as gerações mais jovens, reforçando a mensagem de que todos têm potencial para alcançar grandes feitos, independentemente de sua origem ou cor de pele. Esse processo de valorização e reconhecimento é fundamental para a criação de uma sociedade verdadeiramente democrática e justa, onde a diversidade é vista como uma riqueza e não como um obstáculo.

É preciso dar um basta em todas as formas racistas que a população negra sofre, chega a ser desumano o tratamento dado ao negro que um branco não recebe. Uma violência mental cruel e vexatória em muitos casos. Exemplos que parecem comum como ter que tirar a roupa para provar que não roubou nada, não poder usar um tênis de marca sem ser acusado de roubo, não poder frequentar escolas privadas que é traficante, assumir cargos públicos, ser médico, e outros tantos exemplos tidos como comuns. Não é comum! É uma atitude injusta, desumana que a elite conservadora e preconceituosa que visa perpetuar-se no poder mantendo o racismo estrutural e suas ideias.

Entendemos que há uma dinâmica em curso para o fortalecimento da presença da população negra em vários espaços, graças ao Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/2010) que garante, ou melhor, está destinado a garantir para a população negra a efetivação de igualdade das oportunidades em todos o território nacional e prevê a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos, com objetivo de combater a discriminação e quaisquer formas de intolerância étnica. Essa mudança também se deve a implementação da Lei 12.711/2012, a Lei de cotas, que prevê mudanças significativas na reserva de vagas para as universidades e institutos federais, bem como, na provisão de docentes para essas mesmas instituições.

De acordo com Stéfani do Rosário Diniz e Clarice da Costa Söhngen:

No Brasil, no início dos anos 2000, a população negra passou a ser contemplada com algumas políticas públicas, dentre elas, a Lei de Cotas, no 12.711/12. A referida política pública obteve, até o momento, como resultado, um aumento considerável

no número de pessoas negras ingressantes nos cursos de graduação nas universidades federais, [...] Não obstante, essa mesma população não está devidamente representada nos espaços de liderança nas empresas, sejam elas públicas ou privadas. (2021, p. 2)

A importância da representatividade política de fato, ou seja, ter um representante negro na vida política atuando significa corrigir os desmandos de uma elite privilegiada e conservadora. Segundo fonte do Tribunal Regional Eleitoral sobre as eleições de 2022, foi eleita para deputada federal Ana Carolina Moura Melo Dartora, com 130 mil votos, sendo a terceira mais bem votada para o Estado do Paraná e Renato de Almeida Freitas Júnior eleito para a Assembleia Legislativa do Paraná, com 58 mil votos. A votação dos dois significa que as barreiras do conservadorismo político aos poucos estão sendo quebradas.

A estrutura política da supremacia branca, das elites políticas do processo de colonização do Estado é forte e vive de troca de favores, fruto da velha política dos coronéis, porém essa estrutura está mudando, pois, a população pobre, negra começa a alcançar os espaços de poder; isso se deve graças à consciência política da realidade social que cada um deve ter para ter um voto consciente e eleger o representante real do povo e não da elite.

Cabe-nos destacar que ocorreu sim, um aumento das candidaturas negras, mas que isso não significou efetivamente um maior número de eleitos, ainda dialogando com Diniz e Söhngen:

No meio político, apesar do aumento de candidaturas negras, que, de acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), passou de 47,76%, em 2016, para 49,9% em 2020. Entretanto, nessas eleições, de acordo com a Agência Brasil10, apenas 6% de vereadores negros foram eleitos, enquanto, 53% dos vereadores eleitos são brancos. (2021, P. 10)

A cantora e compositora Michele Mara, de Curitiba formada em música popular brasileira e licenciada em musicoterapia. É também considerada umas das maiores “covers” no Brasil, da cantora norte-americana Aretha Franklin. No ano de 2023 ela recebeu prêmio internacional “Melhor do Brasil no Mundo”, fato esse de grande importância para a população negra e para a luta antirracista, uma vez que, trata-se de premiação internacional por suas ações de inclusão e de debate contra práticas racistas, através dos projetos Marcha do Orgulho do Cabelo Crespo e da Feira Empreendedora do Porto. A cantora que atualmente reside em Portugal, foi premiada diretamente pela rainha do Congo, Diambi Kabatusuila Mukalenga Mukaji de Nikashama, que nomeia a honraria.

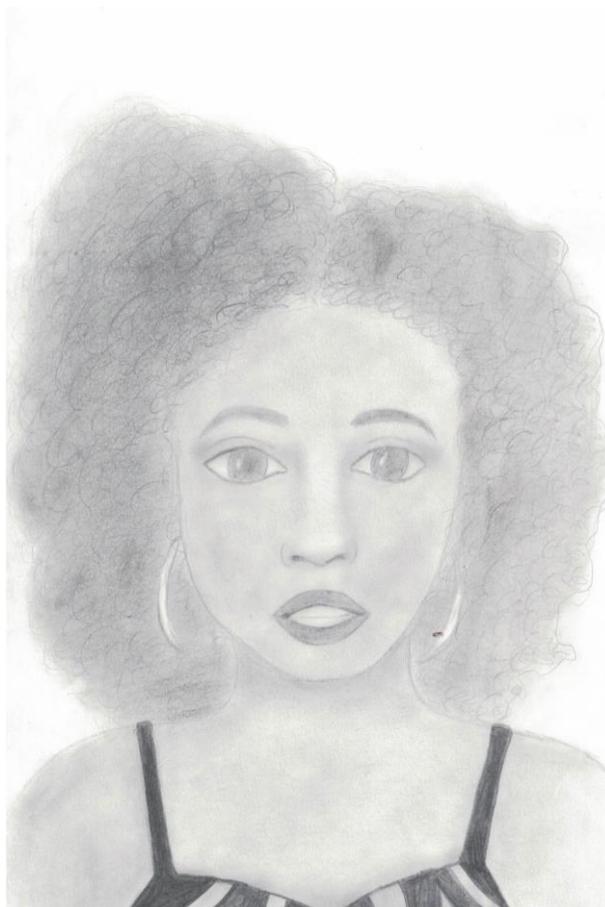


Ilustração 3 - Michele Mara: Produzida pela estudante Luana Gabriela Cardoso da Silva – Novembro de 2023

Michele declara ter sido vítima de racismo em uma loja de acessórios em Curitiba. Conforme relato da artista, uma vendedora a impediu de experimentar um dos adornos devido ao seu cabelo. "Ela afirmou que meu cabelo danificaria o produto", relata Michele. O incidente ocorreu no dia 30 de junho, na Rua XV de Novembro. No mesmo dia, Michele registrou um Boletim de Ocorrência (B.O). (G1, 2024).

Após o ocorrido, Michele organizou a Marcha do Orgulho Crespo Curitiba, com o intuito de exaltar a beleza e a estética negra, além de promover o respeito ao povo negro. Desde então, a marcha é realizada anualmente em novembro na capital do Estado do Paraná. Atualmente, a cantora reside em Portugal, onde criou a Feira Afro Empreendedora do Porto, com o objetivo de reunir empreendedores afrodescendentes no país, e o Quilombos do Porto, cujo propósito é fornecer ajuda mútua para imigrantes negros."

A conscientização sobre a representatividade negra no Paraná nos conduziu ao conhecimento de Marcela Souza Cruz, âncora do programa Meio Dia Pará Noroeste. Esse exemplo evidencia que os meios de comunicação estão reformulando os modelos estereotipados e promovendo a visibilidade da igualdade.

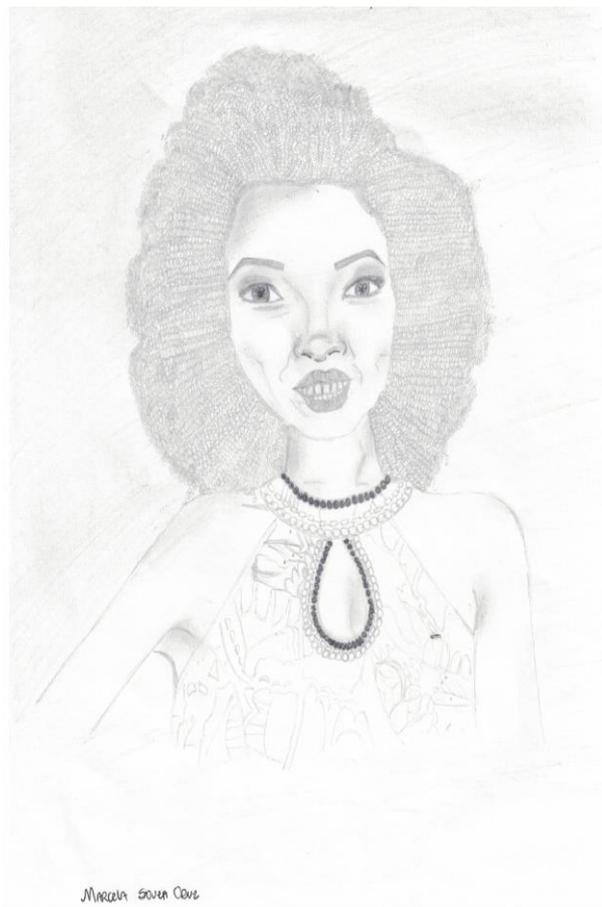


Ilustração 4 - Marcela Souza Cruz: Produzido pela estudante Rhaisa Carvalho Pereira da Silva – Novembro de 2023

Os meios de comunicação, especialmente no contexto do telejornalismo brasileiro, ainda são um campo de trabalho predominantemente ocupado por pessoas brancas, refletindo um padrão estético e cultural eurocêntrico. Esta realidade se manifesta de forma evidente na composição das bancadas dos telejornais, onde é raro ver representantes da população negra em posições de destaque.

A falta de diversidade racial nos telejornais não apenas limita as oportunidades profissionais para jornalistas negros, mas também perpetua uma representação midiática desproporcional, que não reflete a diversidade da população brasileira. Essa ausência de representatividade pode reforçar estereótipos e influenciar negativamente a autoimagem e as aspirações de jovens negros que aspiram a carreiras na comunicação.

Em uma reportagem da RPC, a jornalista Marcela revelou sua percepção tardia sobre a escassez de apresentadoras negras no país. Ela compartilhou: “Demorou para eu perceber que fazia parte desse número tão pequeno de apresentadoras negras no país e ser uma referência para outras pessoas” (RPC, 2020). Este testemunho destaca a conscientização gradual e o

impacto significativo que a presença de jornalistas negros pode ter na sociedade. Os alunos ao retratar a jornalista Marcela Souza trouxeram para a discussão a importância de ter representatividade negra nos meios de comunicação, pois faz com que outras pessoas se sintam reconhecidos e representados, pois desconstrói o estereótipo branco como único representante

Para mudar este cenário, é fundamental que as empresas de mídia adotem políticas de diversidade e inclusão efetivas. Isso inclui não apenas a contratação de profissionais negros, mas também a criação de um ambiente de trabalho que promova a igualdade de oportunidades e valorize a diversidade cultural e racial. A formação e a capacitação de jornalistas negros também são essenciais para garantir que esses profissionais possam ocupar posições de destaque e influenciar a narrativa midiática de maneira mais equitativa.

Além disso, o público também desempenha um papel crucial ao exigir maior representatividade e apoiar programas e jornalistas que promovam a diversidade. Movimentos sociais e organizações dedicadas à igualdade racial podem amplificar essas demandas e pressionar por mudanças estruturais nos meios de comunicação. Outro jornalista retratado pelos alunos, o Sr. Herivelto Alves de Oliveira formado pela Universidade Federal do Paraná em 1987 e atualmente vereador pela cidade de Curitiba. Assim como Marcela atuou como apresentador de telejornal fato esse de grande importância para a representatividade negra brasileira, pois muitas vezes é comum visualizar o negro em condições subalternas e ver a população negra em destaque na mídia faz com que muitos se espelhem neles como exemplos de sucesso.



Ilustração 5 - Herivelto de Oliveira: Produzido pela estudante Rhaisa Carvalho Pereira da Silva – Novembro de 2023

Um das pautas de seu mandato enquanto vereador é a de dar visibilidade a população negra segundo ele: “Devemos estar comprometidos com o enfrentamento ao racismo em todas as suas formas e devemos reconhecer que a verdadeira igualdade somente se realiza quando todos têm oportunidades iguais”.(Câmara Municipal de Curitiba, 2023) Herivelton é politicamente parte dos 4% (quatro por cento) de vereadores negros eleitos e autodeclarados para a prefeitura de Curitiba. Ele assumiu o cargo de vereador como suplente em 16/01/19, substituindo Hélio Wirbiski, e em 2020 foi eleito com 6.441 (seis mil quatrocentos e quarenta e um) votos.

Um dos projetos do vereador “Brasil de Cor”, um canal do YouTube, que surgiu da inquietação para saber onde estão os negros nos espaços públicos, sabendo dos dados estatísticos, o negro não se encontrava nos espaços públicos como nas praças e parque da capital do estado. O projeto conta com uma série de entrevistas com o objetivo de dar voz e visibilidade à população negra.

De acordo com matéria publicada pela Câmara Municipal de Curitiba em uma solenidade em comemoração a Consciência Negra realizada em 22/11/2023 o vereador falou sobre sua vida e seu projeto:

Herivelto Oliveira iniciou sua fala lembrando que mais da metade de sua vida foi dedicada ao jornalismo. Explicou que durante esses anos, verificou que a política pode não resolver tudo, mas pode criar os meios para que soluções surjam e sejam aplicadas. “Recentemente tive a honra de iniciar um mestrado na UFPR em que trato da invisibilidade negra na sociedade, em particular nos meios de comunicação, com especial interesse nos telejornais. É possível verificar que há muitos profissionais negros atuando como médicos, advogados, engenheiros, afinal, os negros representam 54% da população brasileira, mas no âmbito da comunicação o cenário é diferente”, declarou o vereador que também promove o talk show Brasil de Cor, que é transmitido em seu canal no Youtube. De modo geral, a presença do negro na mídia está associada a questões negativas. Na maior parte das vezes, o negro é retratado em situações policiais ou sobre o contexto dos presídios. Nos programas de entrevista convencionais, de cada dez convidados, apenas um é negro - normalmente alguém que está, por alguma razão passando por uma superexposição temporária”, avaliou Oliveira. “A ideia do Brasil de Cor é divulgar pessoas negras para que elas possam contar pessoalmente suas histórias, suas impressões de vida e transmitir suas experiências”, esclareceu. (Câmara Municipal de Curitiba, 2023)

O trabalho dos alunos não apenas se concentrou em figuras presentes, mas também os levou a explorar personalidades negras do passado na história paranaense. Sua busca por representantes da população negra e seu esforço em destacar sua importância têm revelado verdadeiros exemplos a serem seguidos. Um exemplo notável é Enedina Alves Marques, a primeira mulher engenheira negra no estado do Paraná, cuja história é um testemunho inspirador de luta e superação. Enedina desafiou os padrões da sociedade primeiramente por ser mulher negra e ocupar uma posição de engenheira, função esta desempenhada hegemonicamente por homens brancos.



Ilustração 6 - Enedina Alves Marques: Produzido pela estudante Maria Clara Barbosa Vidal - Novembro de 2023

A história de Enedina Alves remete ao negacionismo do Estado do Paraná, filha de escravos libertos, o pai Paulo Marques, lavrador e a mãe Virgília Alves Marque, empregada doméstica, uma vida de luta que conquistou o êxito de formar-se em Engenharia Civil, em 1945, pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). A educação é o elo fundamental para que a população negra tenha acesso aos espaços de poder, não por merecimento, mas por mérito da conquista do direito de estar na posição almejada.

Enedina de fato é uma mulher guerreira, venceu obstáculos do preconceito, da intolerância, da dificuldade financeira e da dupla jornada de trabalho professora e babá para chegar ao cargo de engenheira por reconhecimento do seu trabalho e dedicação. Segundo uma amiga do curso de engenharia, Elfrida Elisabeth Schierman Sickael: Enedina sofreu muito preconceito e foi duramente perseguida na universidade que a todo custo dificultava a sua permanência, situações que tinham como objetivo específicos prejudicar Enedina, situações como: entraves burocráticos, interpretações de normas e prazos, mudam de uma hora para outra de modo a prejudicá-la.

Enquanto profissional, Enedina trabalhou na Secretaria de Estado de Viação, trabalhou no Plano Hidrelétrico do Paraná, no aproveitamento das águas dos rios Capivari, Cachoeira e Iguaçu, tendo como a Usina Capivari-Cachoeira, o Colégio Estadual do Paraná e a Casa do Estudante Universitário de Curitiba (CEU).

Uma mulher à frente de seu tempo, a primeira engenheira mulher e negra no Brasil e sua importância não pode ficar esquecida e digna de todas as homenagens pelo reconhecimento de sua luta e seu trabalho. Em 2024 teve uma escultura em sua homenagem na Rua XV de Novembro em Curitiba, em 2006, na cidade de Maringá foi inaugurado o Instituto de Mulheres Negras Enedina Alves Marques. O CREA/PR organizou o prêmio Engenheira Enedina Alves Marques em reconhecimento de sua história.

A aluna Maria Clara retratou o jogador de futebol , Fernando Luiz Roza, conhecido como Fernandinho. Fernandinho é natural da cidade de Londrina e um dos craques da seleção brasileira com grande futuro no futebol internacional.



Ilustração 7 - Fernando Luiz Roza: Produzido pela estudante Maria Clara Barbosa Vidal - Novembro de 2023

Infelizmente a história de Fernandinho é marcada por forte preconceito racial, quando foi julgado e condenado culpado pela derrota do Brasil na Copa do Mundo na Rússia, pela torcida brasileira. Toda a história e todo o mérito de craque do futebol caiu por terra simplesmente por não agradar uma parcela de torcedores com os resultados positivos, Fernandinho foi chamado de “macaco” e “preto”, infelizmente uma forma de muitos desumanizar o ser humano é uma forma de pensar externando do que há de pior no ser humano, esse preconceito escrachado e vergonhoso de inferiorizar a população negra. Casos como do Fernandinho no futebol tem sido constante, mas também casos como o dele de superação das desigualdades valem a pena conhecer e espelhar-se.

Exemplos de casos do jogador Vinícius Júnior, atacante do Clube Real Madri, da Espanha tornou-se símbolo de luta antirracista no campo de futebol. Vini Júnior constantemente sofre ataques ofensivos como: “macaco”, “morra, Vinicius”, “negro desgraçado”, “vá pegar bananas”. O racismo sofrido por Vini Júnior não pode ser normalizado e nem ser culpa da vítima, como alegou o clube, a banalização do racismo que não é, e por isso precisa ser combatido com a coragem de Vini em sambar frente a atos preconceituosos e mostrar que seu lugar de espaço é onde quer estar e não onde a sociedade dita que deveria estar.

Em entrevista ao G1.2024, Vinícius Junior consolidou-se como referência de luta a seus irmãos:

Acredito que seja muito triste tudo que eu venho passando a cada jogo, a cada dia, a cada denúncia vai aumentando. É muito triste, não só eu, mas todos os negros que sofrem no dia a dia. O racismo verbal é minoria perto de tudo que os negros passam no mundo – Meu pai sempre teve dificuldade por ser negro. Entre ele e um branco, sempre vão escolher um branco. Tenho lutado bastante por tudo que tem acontecido comigo. É desgastante por estar meio sozinho. Já fiz tantas denúncias e ninguém é punido, nenhum clube é punido. A cada dia, luto por todos que passam por isso. Se fosse só por mim e pela família, não sei se continuaria. Mas fui escolhido para defender uma causa bem importante e que eu estudo a cada dia para que no futuro meu irmão de cinco anos não passe pelo que estou passando. (Mota, 2024)

Ver esse exemplo de luta, leva a uma reflexão de quanto a sociedade se incomoda quando a população negra tem espaço de destaque na sociedade e a luta do Vini Júnior é essa combater o racismo institucional para que todos tenham direitos iguais com equidade e justiça e, que não venha sofrer nenhum ataque racista pela cor da pele ou condição social.

Mas ainda temos no Paraná, muitas representatividades da população negra a serem retratadas, e a aluna Rhaissa escolheu a professora Maria Nicola, pobre e negra, mas com um currículo invejável. Foi escritora, poetisa, historiadora, contista, dramaturga, teatróloga,

romancista, biógrafa, pesquisadora e pintora exercendo com maestria todas as habilidades que se propunha realizar.



Ilustração 8 - Maria Nicola: Produzido pela estudante Rhaissa Carvalho Pereira da Silva - Novembro de 2023

Maria Nicola era apaixonada pela cidade de Curitiba e em seus livros escrevia livros dedicados “Alma das Ruas”. A apresentação dos trabalhos sobre a contribuição da população negra para a ciência, artes, profissões e literatura no Brasil, realizada durante a Semana da Consciência Negra do Colégio Romário Martins, ressalta a importância de reconhecermos e valorizarmos as conquistas e o legado deixado por essa comunidade. Ao compartilhar essas histórias e exemplos de sucesso, não apenas estamos celebrando as realizações individuais, mas também promovendo a inclusão e combatendo o preconceito. É fundamental que os alunos da educação básica tenham acesso a essa narrativa completa e diversificada, pois isso não apenas enriquece seu conhecimento, mas também os inspira a serem agentes de mudança e a reconhecerem a importância da diversidade em nossa sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, realizamos uma breve exposição sobre o racismo institucional na política, destacando os atores políticos históricos que têm sido e ainda são os principais influenciadores da política brasileira. Estes sujeitos têm moldado as regras da sociedade. Ao longo do contexto histórico, a elite política foi criando mecanismos e leis que dificultavam a participação da população negra na sociedade. Mesmo após a abolição da escravatura, não houve estruturas adequadas para garantir a dignidade física, econômica, política, social e jurídica desses indivíduos.

Isso se deve ao fato de que a elite que governa o país é predominantemente branca e conservadora, resistente a mudanças na estrutura social. Quando casos de racismo se tornam públicos, essa mentalidade de normalidade é um reflexo histórico protegido sob a égide da lei, contrastando com a condenação que ocorre quando tais situações afetam pessoas brancas.

Infelizmente, foi possível perceber o quão injusto é o sistema político conservador e hereditário, o qual dificulta ainda mais o acesso para aqueles que não possuem conexões influentes em cargos públicos, como é frequentemente o caso da população negra. A participação no poder de decisão continua centralizada nas mãos de poucos.

Tomemos como exemplo a Família Barros: pai, mãe e filha que dedicam suas vidas à política. Pertencem a uma elite política proveniente de famílias tradicionais e imigrantes, possuindo recursos financeiros para financiar campanhas eleitorais e desfrutando de uma visibilidade contínua. Utilizam a máquina pública para angariar votos, o que para eles é considerado normal. Além disso, contam com assessores nos 399 municípios do Estado do Paraná.

Renato de Almeida Freitas Júnior, um representante da população negra, enfrenta perseguições constantes devido às suas posições sociais, humanitárias e à luta por moradia adequada. Ele é sistematicamente julgado e condenado por suas convicções e pela cor de sua pele. Renato foi perseguido por ser negro e por ter participado de um protesto em defesa da vida; foi considerado condenável mesmo sem usar recursos públicos.

Este sistema injusto é amparado pela legislação, que persegue e condena pessoas negras enquanto protege pessoas brancas. Quando se trata de aspirar a cargos públicos, os negros enfrentam desafios significativos: têm menos recursos, uma rede de contatos limitada e pouca visibilidade na mídia, o que dificulta sua ascensão a cargos públicos eletivos.

Conforme a pesquisa realizada pelos estudantes, ficou evidente o racismo institucional presente na sociedade paranaense, refletido na escassa representatividade nos cargos públicos

eletivos, como prefeitos, vice-prefeitos e vereadores das cidades paranaenses. A baixa presença nos espaços de poder revela uma realidade preocupante que precisa ser enfrentada: o racismo. É urgente e necessário que a população negra participe ativamente nos espaços de poder político para combater essa questão racial através das leis que ampare a população negra.

A participação da população negra nos espaços de poder é crucial para decidir questões relacionadas à política, economia, saúde, moradia, lazer, justiça e igualdade social. Isso é fundamental para alcançar verdadeira igualdade racial neste país. Os resultados da pesquisa realizada pelos alunos geraram indignação, especialmente ao revelar que prefeitos eleitos que se autodeclararam negros enfrentaram significativos preconceitos devido à cor da pele.

Essa situação reflete a falta de crença na capacidade e no potencial dos negros de assumirem cargos eletivos, como prefeitos. A mudança necessária passa por uma educação consciente, que reconheça que todos têm o potencial e a capacidade de administrar e ocupar cargos públicos, independentemente da cor da pele.

Para incentivar uma reflexão entre os alunos sobre o voto consciente, é essencial eleger aqueles que verdadeiramente desejam mudanças e que lutam ativamente pelo fim das desigualdades e injustiças sociais. Ninguém deve ser menosprezado por sua cor; todos devem ser reconhecidos pelo seu trabalho.

A proposta didática destinada aos professores é realizar pesquisas em sala de aula para conscientizar sobre o papel dos negros na política e na sociedade, e promover a inclusão. Dessa forma, podemos combater o racismo e qualquer forma de preconceito nos espaços de poder de maneira equitativa. É crucial romper com estruturas através da educação, demonstrando que o negro tem espaço, voz e oportunidade de estar em qualquer lugar que deseje, não mais relegado à marginalidade da sociedade.

Durante este estudo sobre o racismo institucional, ficou evidente que as instituições públicas brasileiras criaram legislações que legitimaram o racismo e a marginalização da população negra na sociedade. Quando observamos o cenário da representatividade política, essa desigualdade se amplifica, pois os grupos minoritários detêm o poder decisório e constroem barreiras que dificultam o acesso das majorias às decisões políticas.

Portanto, considero este estudo fundamental para conscientizar os jovens sobre a necessidade de inclusão da população negra na política. Somente com a participação ativa no poder político podemos desconstruir estruturas discriminatórias e excludentes que

marginalizam e subjugam a população negra. Para avançarmos na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, é essencial promover conscientização e participação em todas as esferas que envolvem a população negra, garantindo assim justiça, equidade e inclusão.

É crucial discutir a mudança de atitude em relação às decisões políticas para assegurar que todos tenham seus interesses representados de maneira justa e correta. Além disso, isso deve servir de inspiração para outros jovens e garantir oportunidades iguais. A democracia brasileira só será verdadeiramente eficaz se todas as vozes forem ouvidas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSIS, Machado. Analfabetismo - Crônica. Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/cronicas/5076282> Acesso em 17/08/2023
- BRASIL. Lei de terras. Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850. Site do Planalto.
- BRASIL. Lei Eusébio Queirós. Lei nº 581 de 1850. Site do Planalto.
- BRASIL. Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro- Brasileira", e dá outras providências. Site do Planalto.
- BRASIL. Lei Saraiva. Decreto-Lei nº 3029, de 9 de janeiro de 1881. Reforma a legislação eleitoral. Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/glossario/termos/lei-saraiva> Acesso em: 22 abr. 2024.
- CAJADO, Ane F. Ramos; DORNELLES, Thiago; PEREIRA, Amanda C. **Eleições no Brasil : uma história de 500 anos.** – Brasília : Tribunal Superior Eleitoral, 2014.
- CAMINHA, Pero Vaz. **A carta de Pero Vaz de Caminha.** Biblioteca Nacional: RJ, Disponível em: [http://objdigital.bn.br/Acervo\\_Digital/Livros\\_eletronicos/carta.pdf](http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/carta.pdf), acesso em 05/08/2023
- CANAVESE, Filipe Germano. O Testamento de Dona Balbina: um estudo de caso sobre escravidão e propriedade em Guarapuava (1851-1865) / Filipe Germano Canavese. – Assis, 2011. Disponível em: [https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/93360/canavese\\_fg\\_me\\_assis.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/93360/canavese_fg_me_assis.pdf?sequence=1&isAllowed=y) acesso 20/08/2023
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil.** São Paulo: Selo Negro, 2011.
- CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo.** Florianópolis: Letra Contemporânea, 2017.
- CORDEIRO, Luciane. Cidade do Paraná elege único prefeito autodeclarado preto do Sul do país: 'Precisamos acreditar em nós mesmos. Somos todos iguais', diz eleito, G1, 26/11/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/eleicoes/2020/noticia/2020/11/26/cidade-do-parana-elege-unico-prefeito-autodeclarado-preto-do-sul-do-pais-precisamos-acreditar-em-nos-mesmos-somos-todos-iguais-diz-eleito.ghtml> acesso em: 13/07/2023
- COSTA, Emília Viotti da. **A Abolição/Emília Viotti da Costa; coordenação Jayme Pinsky.** - 5. ed. - São Paulo: Global, 1994. – (História popular; n.10)
- COSTA, Emília Viotti da. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org). **Brasil em Perspectiva.** São Paulo: Difel, 1978.

CRUZEIRO DO SUL, Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul. História da Emancipação Política Município de Cruzeiro do Sul. Disponível em:  
<https://www.cruzeirodosul.pr.gov.br/?meio=171842> Acesso em 23/05/2024

DE ALMEIDA, Silvio Luiz. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

DE LEÃO, Michele. Lei Saraiva (1881): se o analfabetismo é um problema, exclui-se o problema. Revista Aedos, [S. l.], v. 4, n. 11, 2012. Disponível em:  
<https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/30737>. Acesso em: 22 abr. 2024.

DOMINGUES, Petrônio José. **Uma história não contada: negro racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição**/Petrônio José Domingues. – São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004.

Escravidão, Brasil | **Lei Áurea (1888)**, Brasil, disponível em:  
<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/385454>, acesso em 15/08/2023

FELIPE, Delton Aparecido. **A presença negra na história do Paraná (Brasil): a memória entre o esquecimento e a lembrança**. Revista de História da UEG, v. 7, n. 1, p. 156-171, 2018.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal o projeto genocida do Estado brasileiro**. Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, Brasília, 2006.

G1-Autoestima e diversidade: Carla Lima, Marcela Souza e Barbarhat Sueyassu falam sobre os temas em live da RPC Disponível em:  
<https://redeglobo.globo.com/rpc/noticia/autoestima-e-diversidade-carla-lima-marcela-souza-e-barbarhat-sueyassu-falam-sobre-os-temas-em-live-da-rpc.ghtml> Acesso em 03/03/2024

GALINDO, Rogério. Padre Julio Lancellotti faz desagravo a vereador curitibano que protestou em igreja. Site Plural, 14/06/2022. Disponível em:  
<https://www.plural.jor.br/colunas/caixa-zero/padre-julio-lancellotti-faz-desagravo-a-vereador-curitibano-que-protestou-em-igreja/> acesso em 16/08/2023

HAMMES, Bárbara. **Negros são 56% da população, mas presença na Câmara Federal ainda não chega a 30%: 'Representação é necessária para toda a sociedade'**. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2022/11/19/negros-sao-56percent-da-populacao-mas-presenca-na-camara-federal-ainda-nao-chega-a-30percent-representacao-e-necessaria-para-toda-a-sociedade.ghtml> acesso em 03/03/2024

KOSELLECK, Reinhart Koselleck, “ **Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos**”. Editora PUC Rio. Rio de Janeiro/2006[1979], p.119

MARTINS, Sebastião Meira. Guarapuava, nossa gente e suas origens. Guarapuava, Secretaria Municipal de Cultura, s.d. TEIXEIRA, Murilo Walter. Continente Guarapuavano. Guarapuava: Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, 1999.

MOTA, Cachê. Vini Jr chora ao relatar luta constante contra o racismo: "Cada vez tenho menos vontade de jogar" Disponível em: <https://ge.globo.com/futebol/selecao->

[brasileira/noticia/2024/03/25/vini-jr-se-emociona-e-faz-fortes-relatos-na-luta-contr-o-racismo-cada-vez-tenho-menos-vontade-de-jogar.ghml](#) . Acesso em: 27/05/2024

MOURA, Nereu. Despeço-me da vida pública com um sentimento de paz e tranquilidade..., Curitiba, 19/01/22. Instagram: nereumouraa. Disponível em:<https://www.instagram.com/p/CnmfqIrmPF/?igshid=MTc4MmM1YmI2Ng%3D%3D>, acesso em 15/08/2023

OLIVEIRA, Juliana Borges de. **Da senzala ao sistema prisional: a institucionalização do racismo no Brasil**. 2023. 144 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2021.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **Famílias, poder e riqueza: redes políticas no Paraná em 2007**. Sociologias, p. 150-169, 2007.

PEREIRA, Márcio José. **Politizando o cotidiano: repressão aos alemães em Curitiba durante a Segunda Guerra Mundial**. 2010. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá.

PRIORI, Angelo. **Legislação e Política Fundiária no Estado do Paraná (1889-1945)**.direito.mppr, 2012. Disponível em: [https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/Politica\\_Agraria/7PRIORILEgislacaopoliticafundiaria.pdf](https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/Politica_Agraria/7PRIORILEgislacaopoliticafundiaria.pdf) acesso em 16/08/2023

SANTIAGO, Abinoan. Primeira vereadora negra eleita de Curitiba sofre ameaças: "vou te matar"... - Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/12/06/ameaca-morte-carol-dartora-curitiba.htm> acesso em: 16/08/2023

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. **Vida material e econômica** / Carlos Roberto Antunes dos Santos. - Curitiba: SEED, 2001. 96 p. (Coleção história do Paraná; textos introdutórios)

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras. 1993. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html?localidade=BR> Acesso em 16/01/2024

SESTREM, Gabriel. PRF resgatou 200 trabalhadores em situações semelhantes à escravidão. Gazeta do Povo, 25/02/2023. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/breves/operacao-resgatou-mais-de-200-trabalhadores-em-situacao-semelhante-a-escravidao-no-rs/>

SÖHNGEN, Stéfani do Rosário Diniz Clarice da Costa. Um Estudo Crítico sobre a Lei de | A Critical Analysis About Affirmative actions and the Representation of Black People in Brazilian Politics. REVISTA DE DIREITO | VIÇOSA | ISSN 2527-0389 | V.13 N.02 2021 DOI: doi.org/10.32361/2021130211532

VANDRÉ, Geraldo. Pra não dizer que não falei das Flores. Letras. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/geraldo-vandre/46168/> acesso em 17/07/2023